

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
ÁREA DE PESQUISA – ECONOMIA INTERNACIONAL**

**PADRÕES DE ESPECIALIZAÇÕES NO
COMÉRCIO BRASIL - CHINA**

MICHELLE MATTOS

*FLORIANÓPOLIS
2008*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
ÁREA DE PESQUISA – ECONOMIA INTERNACIONAL**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 10,0 (dez) a aluna Michelle Mattos na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

**Prof. Fernando Seabra, Dr. - Presidente
Orientador**

**Sr. Idaulo José Cunha, Dr.
Membro**

**Prof. Idaleto Malvezzi Aued, Dr.
Membro**

Florianópolis, 18 / 03 / 2008.

RESUMO

MATTOS, Michelle. Padrões de especializações no comércio Brasil - China. Florianópolis, 2008. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Fernando Seabra, Dr.

Este trabalho destina-se a um estudo empírico dos padrões de especialização no comércio Brasil – China. Dá-se especial atenção aos principais produtos exportados no período de 1989 a 2006, objetivando avaliar a competitividade e o dinamismo das relações comerciais. A partir da análise proposta por Yeats (1998), avalia-se um conjunto de indicadores de comércio (Intensidade do Comércio, Orientação Regional e Vantagem Comparativa Revelada), os quais demonstram as preferências de comércio. Conclui-se que o Brasil promove um comércio aberto, dado que suas relações comerciais com o mundo são superiores ao comércio bilateral com a China e muito mais intenso em tecnologia. Para o comércio com a China, observa-se que o Brasil tende a exportar *commodities* e produtos com baixa tecnologia.

Palavras Chaves: China, Comércio Bilateral, Vantagem Comparativa, Competitividade

Senhor meu Deus, a ti a honra e a glória
por ter me sustentado até aqui e por
continuar sendo o meu cajado
e a minha fortaleza!

AGRADECIMENTOS

A Ti, ó Deus meu, honras e glórias para todo o sempre!!

Agradeço a minha família pelo apoio e carinho em todo o momento. Em especial a minha mãe, Eliza e a minha vizinha, Maria, as duas mulheres que mais admiro. Minha mãe pela sua paciência, coragem e sabedoria. E minha avó pela sua força e determinação. Carinhos que nunca me faltaram.

Ao meu orientador, Prof. Fernando Seabra, pela sua paciência e serenidade. Nossas conversas foram poucas e curtas, mas focadas e muito bem aproveitadas, na qual exigia de mim um aprendizado. Uma lição de ensinamento que carregarei para toda uma vida.

Ao Sr. Idaulo José Cunha, pela sua grande amizade e por ter aceito o meu convite para participar desta banca.

Ao Prof. Idaleto Malvezzi Aued, pelas suas considerações e amor a profissão. Um mestre que soube transmitir mais do que ensinamentos marxistas, aprendi a amar e observar a teoria econômica com um pensamento científico.

Não poderei deixar de mencionar os professores, José Nicolau, Renato Campos e Sílvio Cário. Aprendi a ligar a teoria econômica à prática e devo muito a oportunidade de ser bolsista desta equipe. A vocês meu muito obrigada!!!! Amo a cada um, muito.

Aos amigos que me ensinaram ao lado destes grandes mestres, Fábio Stallivieri, Rogério Enderle, Janaina Rodrigues, Jeanine Batschauer, Alessandra Souza e Julio César Santi.

Aos meus grandes mestres do curso de Ciências Econômicas: Roberto Meurer, Carmen Gelinski, Celso Weidmann, Hoyêdo Lins, João Sanson e Lauro Mattei. Obrigada pela dedicação e amor à ciência.

Aos colegas do departamento, Marilúcia Vicente, Flori dos Santos e Roberto Alves. Mais que profissionais foram amigos ao longo da caminhada. Um beijão a vocês!

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1: Produto interno bruto das economias Brasil e China, em bilhões de dólares correntes, 1980-2005	18
Figura 3.2: Concentração econômica da nação China, 1998.....	24
Figura 3.3: Estrutura governamental da República Popular da China	27
Figura 4.1: Valores relativos e absolutos do montante de comércio da China com o mundo e com o Brasil, 2005	33
Figura 5.1: Comparação do IOR e IVCRS para os vinte maiores produtos exportados brasileiros no período de 1989 a 2004.....	48
Figura 5.2: Comparação do IOR e IVCRS para os dezenove (1) produtos exportados brasileiros no período de 1989 a 2004.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1: Aspectos gerais das economias do Brasil e da China, em relação ao Mundo – 2004/2005	17
Tabela 3.2: Crescimento médio do Produto Interno Bruto das economias Brasil e China, 1980-2006.....	19
Tabela 4.1: Dinamismo do comércio bilateral Brasil-China, 1989-2006.....	34
Tabela 4.2: Comércio exterior da China e participação (em %) do comércio com o Brasil, 1989 a 2006	34
Tabela 4.3: Ranking dos principais países fornecedores e compradores do mercado chinês em 2004	35
Tabela 4.4: Exportação brasileira, em ordem decrescente, por principais países de destino, em bilhões US\$ FOB - 2006	35
Tabela 4.5: Importação brasileira, em ordem decrescente, por principais países de origem, em bilhões US\$ FOB - 2006	36
Tabela 5.1: Evolução do Índice de Intensidade de Comércio entre as nações Brasil e China, para o período de 1984 a 2006.....	41
Tabela 5.2: Produtos selecionados com índice de orientação de comércio para a China maiores que a unidade para os anos de 1989, 1999, 2000, 2002, 2004, 2006.....	42
Tabela 5.3: Brasil e China: produtos selecionados com índice de vantagem comparativa simétrica maiores que zero para os anos de 1984,1994, 2000, 2002, 2004.....	44
Tabela 5.4: Média quadriannual para os índices de orientação regional (IOR) e de vantagem comparativa revelada simétrica (IVCRS) entre as nações Brasil e China, 1989 a 2004.....	45
Tabela 5.5: Exportações bilaterais Brasil e China e exportações totais do Brasil para o mundo, 1989-2004.....	47
Tabela 5.6: Índice de correlação (1) entre as variáveis IOR e IVCRS para os vinte maiores produtos exportados nos quadriênios 1989-1992, 1993-1996, 1997-2000 e 2001-2004	51
Tabela 5.7: Avaliação da probabilidade de significância (valor p) para que os indicadores de correlação entre as variáveis IOR e IVCRS apresentem-se significativo.....	51
Tabela A1: Produtos com índice de orientação de comércio para a China maiores que a unidade, 1989-2006	62
Tabela A2: Brasil e China: produtos com índice de vantagem comparativa simétrica maiores que zero, 1984-2004.....	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	8
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	10
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	10
1.3 METODOLOGIA	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 CONSIDERAÇÕES DE PAUL KRUGMAN SOBRE COMPETITIVIDADE	14
3 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ECONOMIAS: BRASIL E CHINA	17
3.1 ASPECTOS ECONÔMICOS E INSTITUCIONAIS DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS	20
3.1.1 <i>Sistema político chinês</i>	26
3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS E INSTITUCIONAIS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO	29
5 MENSURAÇÃO DA COMPETITIVIDADE ENTRE AS NAÇÕES: BRASIL E CHINA	38
5.1. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DOS ÍNDICES	38
5.1.1 <i>Índice de Intensidade do Comércio (IIC)</i>	38
5.1.2 <i>Índice de Vantagem Comparativa Revelada (VCR)</i>	39
5.1.3 <i>Índice de Orientação de Comércio (IOC_{ij})</i>	40
5.2 ÍNDICE DE INTENSIDADE DE COMÉRCIO (IIC)	41
5.3 ÍNDICE DE ORIENTAÇÃO DE COMÉRCIO (IOC)	42
5.4 ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA SIMÉTRICA (IVCRS)	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56
ANEXOS	61

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Problema

A emergência da China como segunda maior economia do planeta tem atraído a atenção de diversos países. Desde 2004, o crescimento e a busca de novas parcerias comerciais pela República Popular da China é o principal destaque na economia internacional.

Nos últimos 25 anos, a taxa anual de crescimento do Produto Interno Bruto manteve-se em torno dos 8%, de acordo com os dados oficiais. Em 2006, o PIB chinês é de US\$ 1,98 trilhões, de acordo com os dados da UNCTAD. Segundo PUGA et al (2004), a China é a sexta economia mundial, porém analisando o Produto Interno Bruto (PIB) em termos de Paridade do Poder de Compra esta economia passa para o segundo lugar. Somados ao excelente desempenho econômico e a expressividade do PIB, salienta-se o peso ou papel da população da ordem de 1 bilhão e 300 milhões de habitantes. Estima-se que em 2040 a China se torne o maior mercado do planeta, conforme análises divulgadas pelo Banco de Investimentos Goldman Sachs (2004, *apud* PUGA et al, 2004).

Reconhecida como a economia mais dinâmica do planeta, a China é de fato um importante mercado para as exportações mundiais, além de exercer uma forte atratividade de investimentos estrangeiros. Em 2002, a China ocupou o quarto lugar no *ranking* dos maiores exportadores e o sexto no *ranking* de importadores (PUGA, 2004).

A corrente de comércio da China com o mundo aumentou de US\$ 474,3 bilhões de dólares, em 2000, para US\$ 1,25 trilhões, em 2005 (UNCTAD, 2007) significando um crescimento de 265% no período considerado. Em destaque, apresenta-se o superávit comercial, na ordem de US\$ 12,13 bilhões no ano de 2004, evoluindo para US\$ 50,58 bilhões em 2005.

Em 2005, as exportações do gigante asiático alcançaram US\$ 654,78 bilhões de dólares, configurando um aumento de 135% em relação a 2003. No mesmo ano, o montante das importações atingiu US\$ 604,20 bilhões de dólares, 133,5 % a mais do que em 2003. No período de 2000-2005, o volume de importação chinesa teve um crescimento de 239,3%.

Conforme os dados da SECEX (2007), o comércio entre o Brasil e a China cresceu, em média, 40,6 % ao ano, no período de 2000 a 2006, passando de US\$ 2,3 bilhões para

US\$ 16,4 bilhões. Em 2005, a China configurou-se como o 3ª maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas dos tradicionais parceiros do comércio brasileiro: EUA e Argentina. As exportações brasileiras para a China foram de US\$ 8,4 bilhões, em 2006; no período de 2000 a 2006 cresceram 45,2% ao ano. As importações brasileiras da China tiveram um crescimento médio de 38,8 % ao ano no período de 2000 a 2006, com um valor de US\$ 7,99 bilhões em 2006. Sendo assim, o saldo comercial brasileiro foi superavitário em US\$ 410,6 milhões, em 2006.

Porém o dinamismo do comércio sino-brasileiro é menor do que com outros países, uma vez que o fluxo de comércio da China com o resto do mundo, de 2000 a 2004, apresentou uma taxa de crescimento de 139,3 % ao ano; e a taxa de crescimento com o mercado brasileiro foi de 41,77% ao ano. Outro fator de destaque se refere as condições distintas de absorção do potencial do mercado do gigante asiático. A pauta de exportação brasileira para a China demonstra-se concentrada em poucos produtos básicos e as importações brasileiras dos produtos chineses mais diversificada com predominância de manufaturados.

Estudos recentes destacam as diferenças entre as condições de trocas entre os dois países. Como alternativa para alterar esse quadro procura-se identificar mercados com potencial de exportação brasileira, onde a diversificação da pauta de exportação torna-se o foco central. É assim na análise elaborada pela CNI (2005), na qual há existência de oportunidades, não apenas intensificando o fluxo de produtos, mas principalmente, diversificando a pauta de exportação brasileira para o mercado chinês.

Na mesma direção, encontra-se a análise de Puga et al. (2004), onde destacam as diferenças entre o fluxo de comércio bilateral Brasil-China, ou seja, a reduzida participação brasileira na pauta de exportação chinesa, somado a sua concentração em produtos intensivos em recursos naturais, e a forte participação chinesa na pauta de importação brasileira, muito mais diversificada em termos de produtos e com itens portadores de alta e média tecnologia. Para os autores há possibilidades de incremento na exportação para os segmentos de: frango, celulose, refrigeradores, autopeças e automóveis e aviões.

Observando essas diferenças nas relações comerciais entre o Brasil e a China, De Negri (2005) busca em sua pesquisa verificar a competitividade das empresas que exportam para o mercado chinês. Em suas análises conclui que o fato do Brasil exportar produtos de menor valor agregado não indica falta de competitividade das firmas brasileiras, uma vez que as empresas de médio e grande porte encontram-se inseridas nesse mercado e, apesar de exportarem seus produtos com maior conteúdo tecnológico a outros

mercados, possui baixo volume de exportação para aquele país. Indicando que outras barreiras que não as geográficas e/ou culturais estejam contribuindo com a concentração de produtos básicos na pauta exportadora para aquele país. A solução para reverter esse quadro encontra-se na ampliação do volume exportado pelas empresas inseridas no mercado chinês e a entrada nesse mercado por um maior número de pequenas empresas.

De fato o dinâmico e expressivo mercado chinês não tem sido aproveitado pelas indústrias brasileiras. Sendo assim questiona-se: porque o Brasil não consegue aumentar a participação e a diversificação de seus produtos na pauta de importação chinesa?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar a competitividade de produtos das exportações brasileiras para a China e o dinamismo das relações comerciais entre Brasil e China.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Sintetizar a trajetória recente de desenvolvimento e inserção internacional da china, comparando-a com a do Brasil;
- b) Elaborar um diagnóstico preliminar sobre o comércio bilateral Brasil-China;
- c) Aplicar os índices de competitividade e de orientação regional dos principais produtos do comércio bilateral Brasil-China.

1.3 Metodologia

A forma de investigação da presente pesquisa classifica-se como exploratória explicativa, de caráter aplicado, pois objetiva analisar o fluxo de comércio Brasil – China, identificando e avaliando as possibilidades de expansão das exportações brasileira para o mercado chinês.

Para atingir tal objetivo será utilizado como plano de referência à área de economia internacional, já que esta delimita o campo de pesquisa do estudo.

O estudo compreende o período de 1990 a 2006, baseando-se em dados com periodicidade anual. As variáveis selecionadas são os fluxos comerciais bilaterais Brasil-China e os fluxos comerciais dos dois países com o 'resto do mundo', neste caso disponível até 2004. Para as informações do comércio bilateral será utilizada a base brasileira de dados do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet, denominado ALICE-Web, da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), enquanto que as informações estatísticas sobre a economia chinesa serão extraídas do banco de dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que abarca 620 produtos.

Para avaliar o comércio de produtos semelhantes entre o Brasil e a China serão utilizados i) os Indicadores de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) tendo como base os ensinamentos de Balassa (1965) e Grubel e Lloyd (1975) e ii) os Índices de Intensidade do Comércio e o de Orientação Regional, propostos por Yeats (1998 *apud* SOUZA, 2003).

Com a finalidade de atender ao primeiro objetivo específico, que busca descrever a trajetória histórica de desenvolvimento das economias Brasil e China, utilizou-se como fonte a pesquisa bibliográfica, os principais autores foram SPENCE (1996) e STORY (2004).

Para descrever uma prévia do comércio sino-brasileiro, recorreu-se as informações contidas em sítios, como o da UNCTAD e o da SECEX, além de fontes bibliográficas de autores que tratam sobre o tema, em particular: De Negri (2005); CNI (2004); Story (2004); Furlan et al (2005); Oliveira (2004) entre outros.

Com o intuito de cumprir com o terceiro objetivo específico, serão analisadas as fontes bibliográficas que tratam especificamente de análise da aplicação dos indicadores, como o trabalho de Souza (2003).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo busca-se apresentar o marco teórico a ser utilizado na análise da evolução do comércio bilateral Brasil e China, realçando-se apresentar vários elementos citados na literatura econômica internacional que possam ser úteis para a sustentação da análise empírica. Desta forma, procura-se revisar a evolução dos conceitos de políticas comerciais dentro das teorias sobre comércio internacional e também a teoria das vantagens comparativas e seus desdobramentos ao longo dos tempos.

Modernamente, foram incorporados conceitos de competitividade internacional, realçando-se as atribuições de Dosi por intermédio da economia do Progresso tecnológico e Porter com o estudo da Competitividade das Nações. Na seção 2.1 são apresentadas as principais medidas de políticas comerciais abordadas na teoria econômica.

Adam Smith, que viveu entre os anos 1723 a 1790 e David Ricardo, nos anos 1772 a 1823, foram os precursores das abordagens teóricas sobre os benefícios do comércio entre nações. Smith, em seu livro *A Riqueza das Nações: investigações sobre sua natureza e suas causas* (1776), defende que o livre comércio é a melhor política para a economia de uma nação e suas análises estão concentradas no ‘teorema das vantagens absolutas’, no qual sustenta que cada país deve se especializar na produção do bem no qual consiga produzir com menores custos de produção que outros países, medidos em horas de trabalho. Na análise smithiana, a especialização implica em aumento da produção total dos dois bens, o que permite o aumento do consumo em pelo menos um dos países, gerando o que se denomina *benefícios ou ganhos do comércio*. Portanto, para o autor, o objetivo do comércio seria aumentar o consumo.

A obra de David Ricardo, *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817), aperfeiçoa o modelo de Smith, mostrando que os países comercializam mesmo que não possuam vantagem absoluta em nenhum bem, basta que o país possua vantagens comparativas. Segundo Krugman e Obstfeld (2001), de acordo com o princípio desta teoria, os países tenderiam a exportar produtos em que possuem um custo de oportunidade na produção relativamente menor e importariam outros se, comparativamente, o custo de oportunidade na produção fosse maior, os quais por sua vez, são determinados pela produtividade do trabalho.

Eli Heckscher (1879-1952) e Bertil Ohlin (1899-1979) refinaram a teoria das vantagens comparativas. Para estes autores as diferenças nas dotações relativas dos fatores

de produção justificam a existência de comércio. De acordo com Krugman e Obstfeld (2001, p. 67) o modelo demonstra que a especialização de cada país no comércio internacional é influenciada pela interação do fator de produção abundante e a sua intensidade relativa de produção. Observando o modelo de comércio elaborado por Heckscher e Ohlin (HO), Krugman e Obstfeld (2001, p. 78) destacam que os proprietários dos fatores abundantes são os favorecidos nas relações e os proprietários dos fatores escassos perdem com o comércio. Estudos posteriores buscaram comprovar a teoria de HO. Surgiu como resultado o ‘Paradoxo de Leontieff’, no qual se esperava que uma economia, como a dos Estados Unidos da América, tivesse uma relação capital-produto superior as importações, porém foi constatado o contrário, ao serem analisados os dados sobre capital-produto para a economia norte-americana.

Em virtude desses estudos foram realizadas modificações no modelo original de HO. No entanto, a teoria não conseguia explicar duas características importantes da economia internacional: o comércio entre países com fatores semelhantes e a produção multinacional. Os economistas Paul Krugman (1953-) e Staffan Burenstam Linder (1931-2000) destacam-se na busca por explicações complementares. Surgiu a necessidade de incorporar modelos com mercados imperfeitos para explicar o comércio intra-industrial, caracterizado por troca de produtos semelhantes, mas não homogêneos os que, segundo Krugman (2001), está baseado em economia de escala e diferenciação de produtos. Somam-se a estas duas variáveis as barreiras de comércio, as diferenças de gostos e de tecnologias entre países. Segundo Kenen (1998, p. 140) a concorrência é intensificada no comércio internacional, pois a competição empresarial ocorre em nível internacional. Este autor destaca que esta modalidade de concorrência é imperfeita, pois há barreiras à entrada; como a proteção ocorrida em produtos e tecnologias resguardados por patentes e as vantagens das empresas em custos, mais conhecida como economia de escala, e a reputação.

A teoria do comércio internacional avançou em suas análises e foram desenvolvidos indicadores para explicar as modificações na atuação internacional dos produtos e países. O autor pioneiro nesta área é Bela Balassa, que em 1965 desenvolveu estudos de competitividade no comércio internacional, criando o conceito de vantagem comparativa revelada (VCR), no qual os preços pós-comércio determinam a vantagem comparativa. Este é outro tipo de explicação para identificar setores nos quais um país possui vantagens competitivas, determinadas pelos custos relativos de produção e, por conseguinte, para obter vantagens comparativas na exportação. O método tem como

pressuposto o comércio livre. No entanto, Figueiredo e Santos (2005) destacam que por mais que haja limitações na análise do indicador Vantagem Comparativa Revelada (VCR)¹, este é amplamente utilizado pela facilidade de cálculo e pela capacidade de acompanhar o desempenho do fluxo comercial externo, o que permite avaliar os impactos de políticas de estímulo as exportações. O indicador VCR permite identificar o padrão de especialização internacional que segue a pauta de exportação dos países, porém não permitem avaliar se esses padrões são ótimos ou não. Em outros termos, pode demonstrar as tendências da especialização internacional de uma economia. Em suma define a competitividade de determinado produto (FAJNZYLBER; SARTI; LEAL, 1993).

O indicador VCR possui algumas restrições como a análise a “posteriori” das vantagens relativas de custos de diferentes países a partir de suas especializações no comércio internacional, uma vez que busca captar no âmbito do mercado os efeitos finais do comércio internacional.

As restrições estatísticas da análise do indicador são fortes, conforme alerta Laursen (1998b). Os resultados da análise são assimétricos, com valores de 0 a infinito, deixando-se de lado a hipótese de valor residual em qualquer análise de regressão. Visando minimizar esses efeitos, a proposta de Laursen é tornar o índice simétrico².

O uso unilateral das exportações apresenta-se como uma terceira limitação do indicador de Balassa. Para tal justificativa Balassa considera que as importações possuem inúmeros vieses uma vez que são fortemente influenciadas pelos diferentes níveis de proteção dos diversos países. No entanto Lafay (1990) destaca que as exportações também são influenciadas pelas políticas comerciais preferenciais.

2.1 Considerações de Paul Krugman sobre competitividade

Meados de 1993 o debate econômico que se estende aos jornais e afirmações públicas da verdade internacional, em especial nos Estados Unidos, pautam sobre a visão comum de que a economia mundial é uma arena de vale tudo, onde o vencedor só existe à custa de um perdedor, que a falta de competitividade dos Estados Unidos frente aos mercados externos era a causa dos desempregos e instabilidades macroeconômicas.

¹ Ver ítem 5.1 Descrição Metodológica dos Indicadores.

² Ver ítem 5.1.2 Índice de Vantagem Comparativa Revelada (VCR).

Lideram a lista dos principais autores Delors, Reich, Thurow, Magaziner, Garten, Prestowitz, Luttwark, Patinkin (KRUGMAN, 1997). Para eles a globalização aliada à falta de política econômica que atue na capacidade de competir no mercado mundial são os grandes protagonistas da maior parte das deficiências econômicas e sociais dos estados Unidos. (SINGER, 1997).

E a maior crítica a esta maneira de pensar a economia mundial, que por sua vez, despreza os fundamentos da teoria econômica convencional, deve-se a Paul Krugman e o seu livro *Internacionalismo Pop* (1997). Para este autor a competição ocorre somente entre empresas e não entre nações. Krugman destaca que apenas 10% da produção dos Estados Unidos têm como destino mercados extra-fronteiras, com este argumento fortalece sua tese de que a piora na economia americana não pode ser creditada às alterações no mercado externo. Como em qualquer outra atividade, o comércio internacional apresenta-se sob princípios econômicos, onde, nas palavras do autor, pode ser considerado “como uma espécie de processo de produção que transforma exportações em importações” (p. 118).

A teoria convencional (Ricardo, 1817), prova que o comércio internacional representa uma troca benéfica para os países envolvidos, em nenhum momento apresenta esse princípio sob o conceito de competição *vis-à-vis* mercado privado empresarial. Krugman destaca a importância de ensinar a estudantes e leitores que a principal finalidade da existência do comércio internacional está na capacidade de importar coisas que almeja. Neste processo a existência da exportação é uma necessidade para honrar com os fornecedores internacionais (1997, p. 118).

Outra visão errônea dos internacionalistas pop apresenta-se em torno do conceito de ‘produtividade’³ no âmbito do comércio internacional. Estes autores não compreendem que, em uma economia fechada, a alta produtividade permite ao país uma maior produção e conseqüentemente um maior consumo nacional. Porém numa economia aberta esse conceito é indiferente, o padrão de vida de uma nação altera com a produtividade interna e não externa, as alterações nos termos de troca não produzem impacto sobre o padrão de vida norte-americano, conforme análise de Paul Krugman.

A luta pela conquista de “setores de alto valor” encontra-se no centro de discussão dos autores internacionalistas pop, como destaca Krugman. Porém os autores não conseguem visualizar o princípio ricardiano onde se tem dois produtos e um país altamente

³ Em termos globais, a produtividade expressa a utilização eficiente dos recursos produtivos, tendo em vista alcançar a máxima produção na menor unidade de tempo e com os menores custos (Sandroni, 2003, p. 496-497).

produtivo nos dois setores, independente do setor escolhido o país de análise terá mais valor agregado por empregado, isto é, terá 'alto valor' no que se especializar. Percebe-se que internacionalistas pop confundem a idéia de 'setores de alto valor' com setores de alta tecnologia, nos quais empregam mais capital por trabalhador e isto por si só não é valor adicionado.

A política comercial tem sido utilizada nos debates de internacionalistas pop como ferramenta para criar ou destruir empregos ao invés de ser avaliada como impacto sobre a eficiência. Um princípio básico da economia macroeconômica demonstra que o nível de emprego depende, no curto prazo da demanda agregada e, no longo prazo, da taxa natural de desemprego e que políticas microeconômicas não causam impactos significativos no efeito líquido da questão emprego (1997, p. 120).

Outro argumento amplamente utilizado se refere ao apoio governamental às empresas nacionais como condição para garantir a existência destas empresas e dos referidos empregos, uma vez que as empresas norte-americanas enxergam como concorrentes às empresas estrangeiras. No entanto estes autores esquecem de considerar que a principal concorrência ocorre internamente, e que um governo ao ajudar na competição internacional promove a deslocação recursos de outros setores internos, neste caso o ganho de 'competitividade' ocorre à custa de outros. Para Krugman, não há nada que justifique tal posição (1997, 121).

3 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ECONOMIAS: BRASIL E CHINA

Por meio de dados históricos busca-se, neste capítulo, apresentar uma descrição do desenvolvimento das economias do Brasil e da China, visando mostrar a trajetória dos dois países na economia mundial⁴. Na seção introdutória deste capítulo, apresentam-se os aspectos gerais das economias estudadas, na seção 3.1 salienta-se os pontos principais que permitiram a China elevar a sua capacidade produtiva e na seção 3.2 a análise recai sobre como era conduzida a política e a economia brasileira enquanto a China arrumava a casa para o grande salto do desenvolvimento econômico.

A China e o Brasil representam as duas maiores economias entre os países em desenvolvimento. A Tabela 3.1 apresenta as principais convergências e divergências entre as duas nações.

Tabela 3.1: Aspectos gerais das economias do Brasil e da China, em relação ao Mundo – 2004/2005

Dados Básicos	2004			2005		
	China	Brasil	Mundo	China	Brasil	Mundo
População	1,3 bilhões	183,9 milhões	6,4 bilhões	1,3 bilhões	186,4 milhões	6,4 bilhões
Taxa de alfabetização (%)	90,9	88,6
PIB (US\$ corrente)	1,9 trilhões	604,0 bilhões	41,4 trilhões	2,2 trilhões	794,1 bilhões	44,4 trilhões
PIB per capita (\$ bi)	1.464,5	3.284,4	6.468,8	1.692,3	4.260,2	6.937,5
Crescimento real do PIB (% anual)	10,1	4,9	4,1	9,9	2,3	3,6
Inflação (Deflator PIB - % anual)	6,9	8,2	5,5	3,8	7,2	4,8
Taxa de desemprego (% da população)	4	10
Área territorial (Km2)	9,6 milhões	8,5 milhões	133,9 milhões	9,6 milhões	8,5 milhões	133,9 milhões
Área florestada (Km2)	2,0 milhões	4,8 milhões	39,4 milhões
Comércio de mercadorias (% do PIB)	59,8	27,0	44,8	63,8	24,7	47,1
Dívidas de longo prazo (US\$ corrente)	131,3 bilhões	171,7 bilhões
IDE (US\$ corrente) (1)	60,6 milhões	18,2 milhões	648,1 milhões
Reservas internacionais (US\$) (1)	614,5 milhões	52,7 milhões

Fonte: Banco Mundial, 2007.

(1) Fonte: UNCTAD, 2007; exclui o ouro.

Nota: Sinal convencional utilizado:

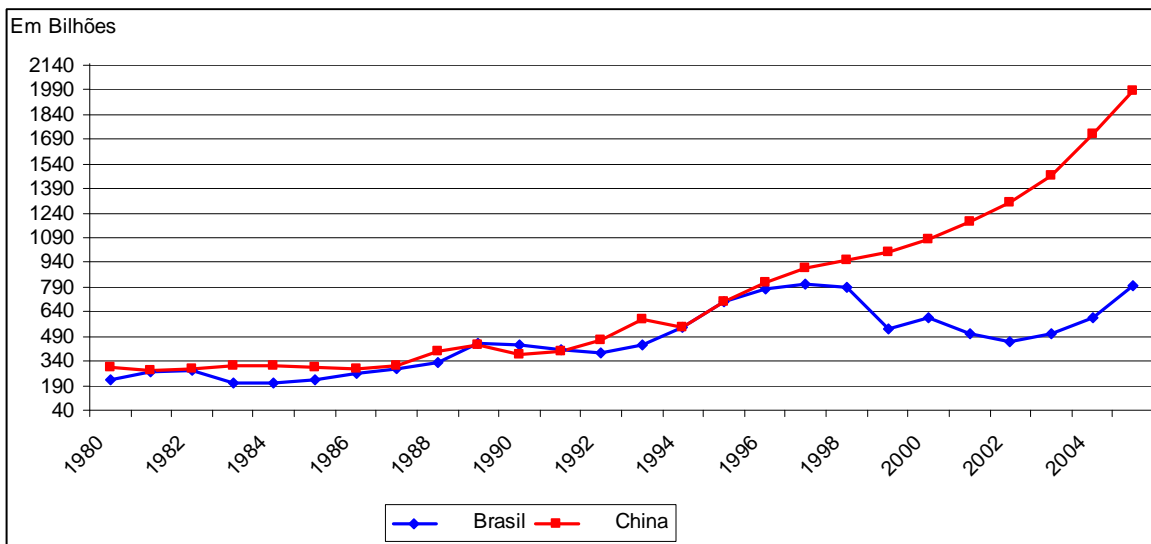
... Dado numérico não disponível

Em termos populacionais, os dados demonstram fortes divergências, a China apresenta uma população cerca de sete vezes maior que a população brasileira, e um quinto da população mundial. A política educacional na China possui uma esfera de abrangência maior que a política brasileira, dado o contingente populacional beneficiado. Em 2004, a China alcançou níveis de alfabetização de 91%, já o Brasil, apresentou cerca de oitenta e

⁴ Não é pretensão de a presente pesquisa discutir as estratégias de desenvolvimento das economias Brasil e China com vistas a propor políticas desenvolvimentistas, com base na experiência chinesa, mas sim apresentar as estratégias políticas adotadas.

oito por cento. Outro dado relevante é a taxa de desemprego chinesa que em 2004 foi de 4%, bem menor que a brasileira, que foi de 10%.

A economia chinesa tem conquistado recordes mundiais em seus resultados econômicos. Em 2005, o destaca-se o crescimento excepcional do Produto Interno Bruto (PIB), que se situa na casa dos dez pontos percentuais, enquanto a economia mundial se situa na casa dos quatro pontos percentuais, já o desempenho brasileiro situa-se abaixo da média mundial, em dois pontos percentuais (UNCTAD, 2007). No ano de 2005, o PIB da China foi três vezes superior ao do Brasil. Contudo constata-se que a renda per capita chinesa de US\$ 1.692,3 em 2005 foi duas vezes e meia menor que a renda brasileira, que era de US\$ 4.260,2, conforme apresenta a Tabela 3.1.



Fonte: UNCTAD, 2007.

Figura 3.1: Produto interno bruto das economias Brasil e China, em bilhões de dólares correntes, 1980-2005

Há um forte diferencial da taxa de crescimento médio do PIB. Conforme os dados na Tabela 3.2, entre 1980 a 2006 a economia chinesa cresceu em média 9,8% e o Brasil apenas 2,5%. O diferencial do dinamismo se reflete no avanço do PIB. Em 15 anos o PIB da China quintuplica de valor, de US\$ 387,8 bilhões, em 1990, para o montante de US\$ 1,9 trilhões, em 2005. Por outro lado, o PIB brasileiro apresenta baixa taxa de crescimento, de US\$ 507,8 bilhões em 1990, US\$ 1,9 trilhão em 2005. Sendo assim, em 25 anos a China multiplicou o seu PIB em sete vezes e o Brasil, em quatro vezes. Porém, ao longo do período, a taxa de crescimento brasileira apresentou-se muito instável, chegando a valores negativos, enquanto a economia chinesa apresentava um comportamento firme, permitindo uma sustentabilidade para a economia. As projeções do Fundo Monetário Internacional

indicam que a China continuará crescendo em média 10% ao ano e o Brasil 4%, sinalizando que as assimetrias entre as economias tendem a se ampliar.

Tabela 3.2: Crescimento médio do Produto Interno Bruto das economias Brasil e China, 1980-2006

Países	1980-2006	1980-1990	1990-2000	2000-2006	2007(1)	2008(1)
China	9,8	9,2	9,8	9,6	10	9,5
Brasil	2,5	2,3	2,0	3,1	4,4	4,2

Fonte: FMI, 2007

(1) Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI).

As disparidades entre as economias também podem ser observadas em outros dados econômicos (Tabela 3.1), como: reservas internacionais, inflação, investimento direto estrangeiro e comércio de mercadorias. De acordo com dados da UNCTAD (2007), as reservas internacionais⁵ do Brasil (US\$ 22.521,4 milhões) e da China (US\$ 20.620,3 milhões) eram equiparáveis no ano de 1990. Já a China acumula no decorrer de 2004 US\$ 614.499,7 milhões cerca de onze vezes maior que o Brasil, que se limitou a US\$ 52.734,9 milhões. Outro ponto de destaque para o bom desempenho da economia chinesa se ampara na taxa de inflação que reduziu três pontos percentuais de 2004 para 2005, alcançando em 2005 a taxa de 3,8%, abaixo da média mundial (4,8%), embora o Brasil tenha reduzido em um ponto percentual a taxa no período comparado, o valor ainda apresenta-se muito acima da média mundial (7,2%).

Um dos fatores do acerto da industrialização foi à alta capacidade de atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), nos últimos vinte anos, conforme dados da UNCTAD (2007), passando de US\$ 1,4 bilhões em 1984 para US\$ 72,4 bilhões em 2005, enquanto o Brasil apresentava valores modestos: em 2005 alcançou US\$15,1 bilhões, US\$1,5 bilhões em 1984. Destaca-se que o valor do IDE da China representava 7,9% do total mundial, enquanto o IDE do Brasil, 1,64 %, para o ano de 2005. O bom desempenho da economia chinesa reflete-se também no comércio de mercadorias, em 2005 atingiu 64% do PIB, enquanto o Brasil 25%.

Salienta-se que as duas economias possuem em comum uma grande extensão territorial -China com 9,6 milhões de Km², é o maior país do continente asiático, e, Brasil com 8,5 milhões de Km², é o maior país do continente sul americano. Em termos de área florestada, o Brasil (4,8 milhões Km²) possui vantagem comparativa em relação a China (2 milhões Km²). As dívidas de longo prazo, no ano de 2004, apresentam valores próximos

⁵ A metodologia da Unctad exclui o ouro.

para as duas economias, sendo que o Brasil possui um valor em 30% acima da dívida chinesa (Tabela 3.1).

Uma das constatações é de que a economia chinesa avança firmemente sobre a economia chinesa a partir das reformas iniciadas em 1978, que mudou o modelo econômico.

3.1 Aspectos econômicos e institucionais do desenvolvimento chinês

Após longos períodos de conflitos entre as facções nacionalistas e comunistas na China, em 1º de outubro de 1949 as forças comunistas triunfaram em toda a China e Mao Zedong anunciou formalmente a fundação da República Popular da China (RPC). Questões como identidade nacional, unificação e segurança do estado chinês, tornam-se as prioridades. Sendo assim, parte-se em busca de uma nova consolidação do regime político e, principalmente, um novo mecanismo de desenvolvimento econômico (SPENCE, 1996). Na visão de Mao

a China precisava modernizar-se tomando emprestado, e adaptando às circunstâncias locais, o melhor da ciência e tecnologia ocidentais [...], [buscar o] controle intrusivo do Partido sobre as vidas diárias do povo chinês, a eliminação dos capitalistas e dos proprietários de terras da China e a retirada do país dos mercados mundiais (STORY, 2004, p. 109-110).

Sobre o conceito de “ditadura democrática popular”, liderada pela classe trabalhadora, com a visão de que o país não poderia prosperar sem apoio internacional, Mao instala um modelo econômico ‘quase liberal’ na nova China, com diversas reformas, especialmente na agricultura. Em 1953, o Partido Comunista Chinês (PCC) se sente livre para criar um novo modelo de desenvolvimento econômico, uma vez que a primeira fase da reforma agrária se finda, a base econômica da burguesia está desestruturada e o país livre da Guerra da Coreia. É adotado o modelo econômico soviético. Para Spence (1996, p. 513), a escolha do modelo é obscura, mas na necessidade de um modelo capaz de construir o socialismo em um país pobre, as visões anticapitalista e antiimperialista soviética servem para validar a escolha⁶.

⁶ Não é pretensão da presente pesquisa entrar no âmbito da discussão da validação dos modelos econômicos adotados, mas sim expor a condução das políticas desenvolvimentistas adotadas pela RPC sem julgar seus métodos, nem tampouco seus efeitos sobre o nível de atividade da economia.

Para promover o desenvolvimento, Mao utilizou-se dos benefícios de uma economia centralizada para o ressurgimento da China, qual seja: a capacidade de mobilizar maciços recursos, permitindo a China lograr um sistema industrial independente e a auto-suficiência em alimentos. No entanto, o lado negativo, demonstrou que o sistema não havia gerado nem controle nem eficiência, tornando o sistema planejado pesado para o avanço do sistema privado (STORY, 2004, p. 113).

Em 1976, Mao Zedong morreu e em 1978 Deng Xiaoping ascendeu ao poder, após ganhar as disputas entre as facções conservadoras e liberalizantes. Um dos legados de Mao é o conflito interclassista e a crise econômica decorrente. Em 1978, com o *slogan* “a prática é o único juiz da verdade” Deng anuncia a implantação de uma política gradual de reformas e abertura da economia chinesa⁷. Tal estratégia uniu a visão desenvolvimentista de Deng e a visão de Estado revolucionário de Mao, visando introduzir mais mercado em torno de planejamento. O plano foi denominada de *Política de Portas Abertas* (SPENCE, 1996).

Para construir a nova China, baseada no socialismo econômico, a política se apoiou em duas medidas: as Quatro Modernizações, iniciadas por Mao e a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's), promovidas por Deng (SPENCE, 1996). As Quatro Modernizações compreendiam os seguintes setores: agricultura, indústria, forças armadas e as áreas correlacionadas a ciência e tecnologia. Por meio destas houve a redução e controle do Estado sobre as províncias, a privatização das empresas estatais, a desregulamentação da atividade econômica, a reforma agrária e envio dos estudantes ao exterior. A localização das ZEE's foi cuidadosamente escolhida, estas se encontram nas proximidades de importantes portos do litoral chinês, recebiam tratamento diferencial, com diversos incentivos e isenções, além de estarem próximas de fontes de capital estrangeiro.

A modernização na agricultura tinha como “objetivo abolir os direitos de propriedades como característica definitiva de uma sociedade de classes” (STORY, 2004, p. 111). Portanto por meio da reforma agrária, as chamadas comunas agrárias, foram substituídas pelo sistema de contratos de responsabilidade.

Denominou-se "contrato familiar de responsabilidade nos negócios" o direito da unidade familiar de cultivar determinado espaço de terra por 15 anos. Neste sistema coexiste a organização coletiva e cooperativa. No entanto como o Estado controla a posse das terras, a propriedade pública é dominante. O sistema permite trabalhar na busca da

⁷ Para uma análise do desenvolvimento da nova economia chinesa sob a ótica dos ciclos econômicos consultar Imai (1996).

solução de dois grandes problemas na China rural: o aumento populacional e o abastecimento do mercado interno. Uma vez que o sistema de contratos se baseia na unidade familiar, não há alteração da posse de terras por aumento ou redução da população camponesa, como acontecia em períodos anteriores em que a quantidade de terra era proporcional ao número de cabeças. Com isto houve maior adesão á política de um só filho por família. O abastecimento do mercado interno é garantido pelos dez por cento (10%) da produção que é obrigatoriamente repassada ao Estado, que pagava com apoio à produção (adubos, sementes, máquinas agrícolas); os noventa por cento restantes (90%) é de responsabilidade das famílias, que podem usar para consumo próprio ou comercializar no local ou com o Estado. Além de promover a produção, o Governo controla o comércio de grãos, por meio da influência direta na compra e venda (BELLUCCI, 2004). Essa etapa da reforma compreende o período de 1978-1984 e eleva a produção de grãos de trezentos (300) para quinhentos (500) milhões de toneladas em vinte (20) anos (NASCIMENTO, 2006).

O programa avança e a economia rural é lapidada com o crescimento da Grande China. Evoluiu desde uma economia planejada e centralmente auto-suficiente para formas de economia de mercado, ganhando força o modo de produção capitalista. A diferença entre os preços dos produtos agrícolas e o dos manufaturados representa outro indicador de mudança na agricultura. No entanto, observa-se que geralmente o sistema de preço chinês é organizado para a produção agrícola (BELLUCCI, 2004).

A tecnologia produtiva e a eficiência na estrutura industrial são os pontos fracos da economia chinesa em relação às economias desenvolvidas (BELLUCCI, 2004). Esta constatação chinesa, motiva uma política industrial quantitativa. Sendo assim no período de 1984-1992 o Governo passou a garantir financiamento para investimentos, encorajando a criação de empresas não-públicas e dinamiza as estatais, no entanto os recursos eram utilizados de forma ineficiente. Acompanhou o processo de modernização um sistema de regulamentações, atingindo fundos de investimentos, insumos físicos, movimento trabalhista e a fixação de preços e salários. Os avanços na indústria permitiram realocar a indústria pesada como principal setor em termos de produção agregada e fonte empregadora, posição antes pertencente ao setor agrícola (STORY, 2004). Nos anos 90, com a concorrência em âmbito internacional, a política industrial chinesa recebe foco qualitativo (OLIVEIRA, 2003).

O papel do Exército de Libertação Popular (ELP) na República Popular China (RPC) não se restringia as funções e acometimentos militares, mas atuava

significativamente sobre várias atividades econômicas interligadas as necessidades específicas do exército e programas estratégicos, além de controle das tropas e da segurança interna. Sem tecnologia moderna para competir com outras nações, a China inicia uma reorganização militar na tentativa de profissionalizar as forças armadas. Com isto os efetivos foram reduzidos, permitindo surgir o perfil de um exército profissional, com novos aparelhamentos militares e a promoção para o desenvolvimento de armas técnicas, além da instalação de unidades técnicas para suprimento armamentista, a qualidade dos oficiais foi expandida com treinamento militar nas academias chinesas e russas. Os oficiais passam a receber altos salários e gozar de inúmeros privilégios políticos. Com o tempo, a população civil passa a ser oprimida por certos grupos de militares. Diversas tentativas de reformas de conduta são encaminhadas pelo Partido Comunista Chinês. Com o Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957) o orçamento militar é reduzido em termos percentuais, dado a expansão do orçamento nacional. Cresce a tensão entre exército e partido (SPENCE, 1996).

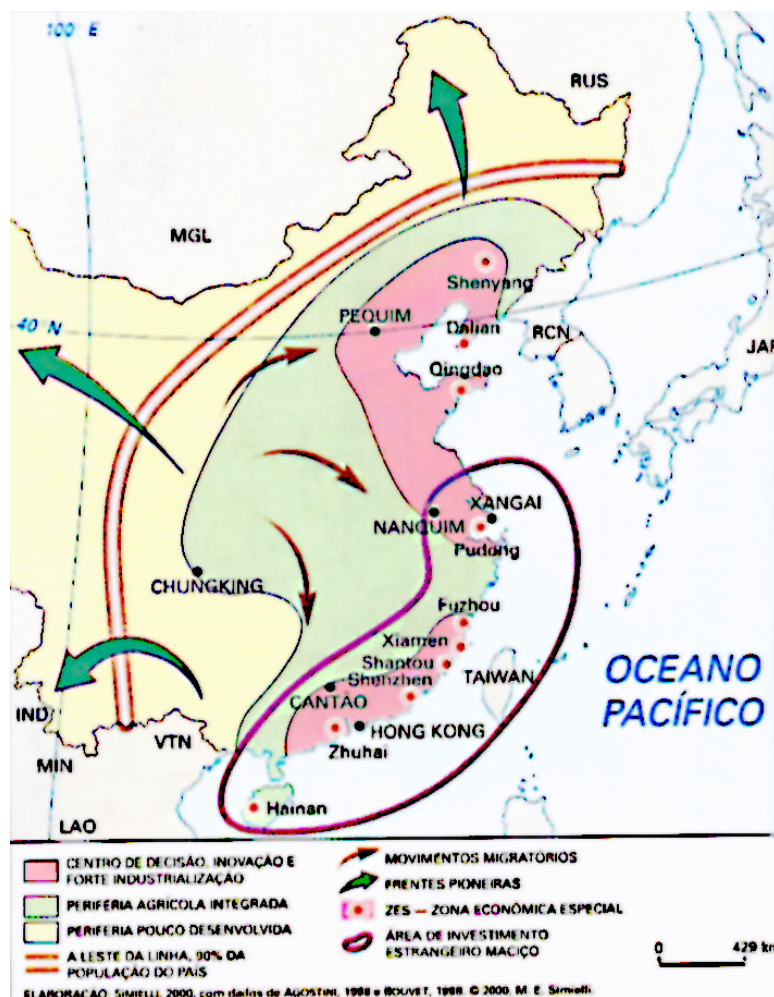
Em 1985, com as reformas de Deng, cerca de quarenta e sete (47) mil oficiais idosos foram aposentados, em torno de um (1) milhão de membros das forças armadas foram reintegrados à força de trabalho civil, retorna a distinção formal de insígnia entre oficiais e soldados e as promoções a altos cargos de quadros são direcionadas a oficiais mais jovens e com formação tecnológica. Uma vez que o *status* e grau de respeito da sociedade chinesa advêm da posição que ocupa no partido, no governo ou no exército, ficou claro que para muitos oficiais as medidas não eram satisfatórias. Protestos públicos opostos a atmosfera das Quatro Modernizações começam a ganhar espaço com a adesão de estudantes, professores e jovens desempregados que tem no *slogan* “Sem democratização não há modernização”, a principal arma de oposição ao conservadorismo da era Deng. Atualmente, no campo político-militar, a China apresenta-se como uma potência nuclear e membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Diversas políticas foram adotadas visando reestruturar a comunidade científica, firmando a posição de Deng em tornar a Ciência e Tecnologia a base das demais modernizações. Em termos de grupo social, o estatuto dos cientistas foi elevado, uma vez que foram desmoralizados pela Revolução Cultural⁸. Nesta perspectiva o sistema educacional foi reformado, tanto para o entendimento das medidas adotadas quanto dotar a

⁸ A Revolução Cultural foi um movimento social complexo que começou como uma luta entre Mao Zedong e outros altos dirigentes pelo controle do Partido Comunista Chinês (PCC) e acabou afeando toda a China com seu chamado à “revolução contínua”. Em geral, considera-se que durou de 1966 a 1976 (SPENCE, 1996, p. 748).

nação de capacidade técnico-científica para promover as mudanças, confirmando, assim, a visão de Deng que “a educação é a causa fundamental da nação” (OLIVEIRA, 2004, p. 51).

Um dos mais relevantes mecanismos da política industrial foi a das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) criadas em locais selecionados, próximos a Hong Kong com o intuito de contribuir como ponte de acesso a tecnologia estrangeira, tanto em produtos quanto gestão, atraindo Investimentos Externos Diretos (IDE's) com vistas a aumentar as exportações chinesas e facilitar o gasto de divisas com a importação. A política de atração de investimentos destas Zonas permitiu a China, ocupar desde 1993, o primeiro lugar no *ranking* de atração de investimentos externos entre os países em desenvolvimento (NASCIMENTO, 2006). Em 1979 foram criadas as quatro primeiras zonas econômicas especiais: Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen; em 1986 seguiram-se outras catorze cidades e a ilha de Hainan, conforme destaca Spence (1996).



Fonte: Geoatlas, 2000.

Figura 3.2: Concentração econômica da nação China, 1998

Desde que criadas as zonas especiais permitiram criar grandes cidades modernas, a exemplo de Shenzhen que possui o prédio do centro comercial internacional que tem uma altura de 150 metros e 53 andares como seu cartão postal. Dentre os principais setores industriais de Shenzhen encontram-se a indústria eletrônica, mecânica, química e sua produção industrial é orientada principalmente para a exportação. Na maioria dos casos as empresas presentes constituem-se de capital misto chinês e estrangeiro, voltadas diretamente as exportações, essas zonas tem como objetivo o desenvolvimento econômico e tecnológico por meio de acesso a tecnologia estrangeira, com isto a maioria dos produtos é exportada, gerando lucros anuais em divisas e capacitando o país ao crescimento. Em 1988, o Conselho de Estado da China aprovou a instalação de mais 14 zonas econômicas especiais, tais como Dalian, Qinhuangdao, Tianjin, Yantai, Qingdao, Lianyungang, Nantong, Minghang, Hongqiao, Caohebang, Ningbo, Fuzhou, Guangzhou e Zaijiang. Até agora, há um total de 49 zonas de exploração econômica e tecnológica na China. Das quais, 27 nas regiões costeiras do Leste, 22 no centro oeste do país. Além disso, o Conselho de Estado ainda autoriza a adoção de política de zona de exploração econômica e tecnológica no Parque Industrial de Suzhou, Zona de manufatura para exportações de Jinqiao, Zona de exploração econômica e tecnológica de Daxie em Ningbo, Zona de investimento de Haicang em Xiamen, Zona de Exploração de Yangpu em Hainan etc.

Visando maior ampliação a abertura ao exterior e atração do capital estrangeiro, o governo chinês, desde 1990, promove a existência de zonas francas. Estas por sua vez, caracterizam-se uma região pequena e especial, aberta ao comércio com políticas privilegiadas tais como, políticas especiais de impostos alfandegários e administrações especiais. Atualmente na China há 15 zonas francas, tais como, zona franca de Wai Gaoqiao de Shanghai, zona franca de Tianjin, de Dalian, de Sha Toujiao, Futian e Yan Tiangang de Shenzhen, zonas francas de Guangzhou, Zhuhai, Zhang Jiagang, Haikou, Ningbo, Fuzhou, de Xiangyu de Xiamen e de Shantou.

As atrações de investimento na economia chinesas alcançam recordes históricas. A política industrial e de investimento na china, por parte do governo chinês, apresenta credibilidade diante dos empresários e investidores estrangeiros. Diversos investimentos em infra-estrutura são realizados com a finalidade de capacitar a economia a um bom ambiente para os investidores estrangeiros, além de aprimorar as leis econômicas chinesas visando o bom relacionamento com investidores.

Segundo o site oficial da China⁹ “no final de 1997, a China revisou e divulgou o ‘catálogo de guia para investimento na China’, incentivou e apoiou a participação estrangeira na exploração agrícola, recursos energéticos, transporte, matéria-prima, novas tecnologias, meio ambiente etc. De acordo com a estipulação da OMC (Organização Mundiais de Comércio) e compromissos feitos pela China para entrada na OMC, cerca de 2300 novos regulamentos foram estipulados, 830 anulados e 325 revisados, completando basicamente a revisão sobre as leis e regulamentos econômicos relativos aos investimentos estrangeiros, estabelecendo um sistema jurídico para os investidores estrangeiros. Até o fim de 2003, investidores provenientes de mais de 170 países e regiões realizaram investimentos na China, elevando o número das empresas estrangeiras para 400 mil. As primeiras 500 empresas multinacionais do ranking mundial também efetivaram investimentos na China, que é considerado como um dos países com melhor ambiente para investimento”.

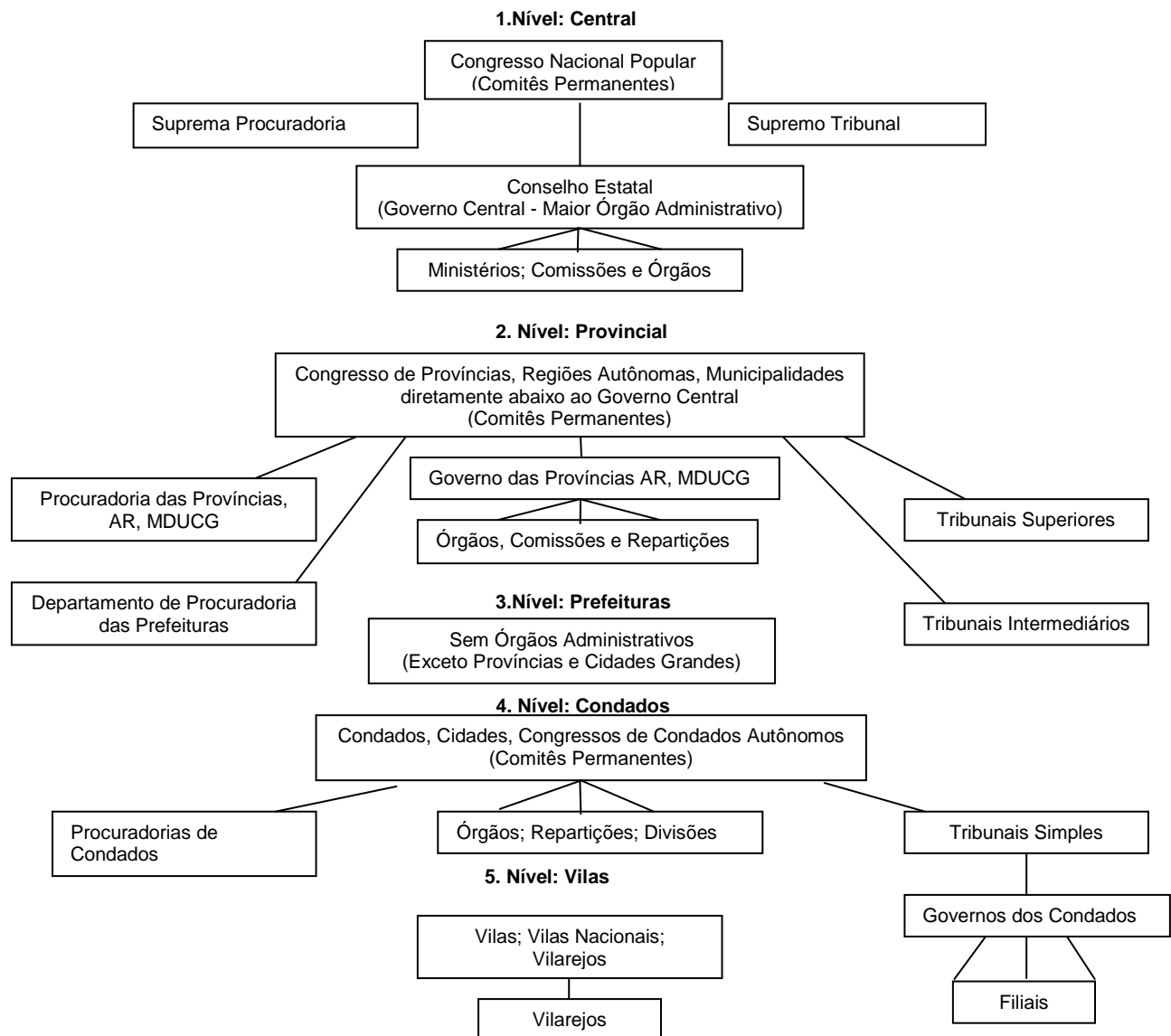
A fundamental importância no comércio exterior para a China se expressa na criação de um Ministério do Comércio Exterior, onde cada estado e cada município possui o seu secretário de comércio exterior, além do Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional (TANG, 2002).

Para conduzir as reformas à China adota um sistema econômico diferenciado classificando-o como *economia de mercado socialista*, no entender de seus dirigentes significa não apenas estar orientada para atender as demandas do mercado mundial, mas também exercer um forte papel como regulador macroeconômico, com destaque para o planejamento da sociedade em geral. Em 1999 esse modelo econômico chinês é consagrado pelo XIV Congresso do Partido Comunista, onde a reforma das empresas estatais recebe o foco central (NASCIMENTO, 2006). A partir de 2001 a China adquire o direito de participar da Organização Mundial do Comércio, sendo reconhecida como economia de mercado. O sistema político está organizado em um único partido, o *Partido Comunista Chinês*.

3.1.1 Sistema político chinês

⁹ CHINA RÁDIO INTERNACIONAL. 2007-09-12

Dividida entre 23 províncias, 5 regiões autônomas, 4 municípios subordinados diretamente ao governo central (Pequim¹⁰, Shanghai, Tianjin e Chongqing), além de duas regiões administrativas especiais (Hong Kong e Macau), a China possui uma estrutura política densa e hierarquizada, organizada da seguinte maneira: órgãos do poder do Estado (Assembleia Popular Nacional e as assembleias populares locais em diversos escalões), a Presidência da República, os órgãos administrativos, o Conselho de Estado e os governos populares locais em diversos escalões (OLIVEIRA, 2004, p. 156).



Fonte: Oliveira, p. 155, 2004.

Figura 3.3: Estrutura governamental da República Popular da China

¹⁰ Capital da China também conhecida como é Beijing, conforme alerta Sun Wei (2007).

O governo chinês busca ainda a reintegração política e administrativa de Taiwan, seu principal parceiro comercial estrangeiro, junto dos Estados Unidos da América e do Japão.

A Assembléia Popular Nacional (ANP) é o mais alto poder do Estado. Cabe a ela exercer o poder legislativo, organizar os poderes legislativo e judiciário e a procuradoria do Estado. A ANP tem um eleitorado de três (3) mil deputados no máximo, que se reúne anualmente por duas (2) semanas na metade do mês de março, tem seu mandato renovado a cada cinco anos. Quando a Assembléia não está em sessão, responde o seu Comitê Permanente, que se reúne a cada dois (2) meses. Cabe a esta estrutura regulamentar e administrar a abertura econômica e as relações comerciais.

A Presidência da República é composta pelo Presidente e Vice-Presidente. Esses são eleitos pelos cidadãos chineses maiores de 45 anos, participantes da APN. As funções de chefe do Estado são exercidas em conjunto com o Comitê Permanente da APN. A legislação chinesa não entende o Presidente como Chefe de Estado, seu papel essencialmente é cerimonial, exceto nos assuntos estrangeiros.

Primeiro-Ministro é eleito pela APN. Tem como função organizar o Conselho de Estado, dirigir seus trabalhos, principalmente através da Sessão Plenária e Sessão Executiva. A primeira aborda as principais questões políticas, enquanto a segunda opera sob questões específicas, como regulamentações elaboradas pelos Ministérios para serem submetidas à ANP.

O órgão administrativo superior do Estado é representado pelo Conselho de Estado, ou Governo Popular Central. Eleito pela APN, por proposta do Primeiro-ministro, executa as leis e resoluções da APN; estabelece normas e os regulamentos administrativos; e dirige o trabalho dos organismos administrativos nos níveis nacional, provincial e local.

A Comissão Militar Central representa o órgão militar do Estado. O Ministério da Defesa Nacional é responsável pelas indústrias militares. Cada qual instância das forças armadas (Exército Popular de Libertação, Polícia Armada Popular e Milícias) elege sua própria delegação para participar das sessões da APN.

A prioridade máxima de Mao era estabelecer um governo nacional efetivo para a China, em razão da sub-divisão do poder até 1949 (SPENCE, 1996). Atualmente a China é um Estado unitário e a administração baseia-se em cinco níveis: governo central, províncias, prefeituras, condados e vilas. (OLIVEIRA, p. 155, 2004)

A Constituição chinesa estabelece que o sistema partidário é formado por um mecanismo de cooperação multipartidária sob a liderança do Partido Comunista.

Atualmente, a China conta com oito (8) partidos políticos. O Partido Comunista é o partido governante na China, lidera o país em todas as suas esferas, excluindo os partidos burgueses de compartilhar do poder do Estado. No Ocidente, o partido governante atua sobre o executivo e parte do legislativo, para influenciar as demais áreas depende do apoio do governo. Destaca-se que nas esferas federal, estadual e municipal nem sempre o partido no poder é o mesmo (BELLUCCI, 2004).

Na china não há oposição e competição pelo poder do Estado, em termos de eleições. Para organizar o Estado é adotado o princípio de centralismo democrático, este implica uma hierarquia de submissão e obediência, no qual os comitês subordinados obedecem aos superiores e todo o partido obedeça ao Comitê Central. As eleições chinesas ocorrem para selecionar os representantes dos níveis Condados e Vilas, no qual os cidadãos chineses maiores de 18 anos têm direito a voto. A prática do voto secreto e da multicandidatura é observada nessas eleições chinesas (BELLUCCI, 2004). Sob o ponto de vista do ex-presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, a China possui um pleito democrático (OLIVIERA, 2004).

O partido em contraface com o governo transcende o mundo político, relações com o espaço privado, como as existentes entre instituições executivas, judiciários, organizações de massa e forças armadas, prescindem da liderança e organização do partido comunista. O envolvimento de várias instituições para a tomada de decisão é a regra na República Popular da China. (BELLUCCI, 2004). Este processo reflete-se um tanto democrático, pois envolve a agregação de opiniões, embora represente um custo significativo para a organização do Estado.

Em comparação com a reforma econômica, observa-se que a política chinesa apresenta-se aquém, embora tenha alcançado algum avanço.

A política externa chinesa tem por base os cinco princípios de coexistência pacífica, quais sejam: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão e não intervenção nos assuntos internos, igualdade, benefício recíproco e coexistência pacífica (NASCIMENTO, 2006).

3.2 Aspectos econômicos e institucionais do desenvolvimento brasileiro

Enquanto a nação chinesa lutava por ideais de bem estar e prosperidade, o Brasil, entre os anos de 1930 a 1960, viveu um forte período de crescimento econômico. Sob o

comando de Getúlio Vargas, a política econômica volta-se para dentro, caracterizando um período mais nacionalista. O setor industrial modernizou-se com a implantação da indústria de base, destacando-se o surgimento da Cia Siderúrgica Nacional e da Petrobrás.

Seguindo a idéia de investimento produtivo para gerar desenvolvimento econômico, Juscelino Kubistech (1956 - 1960) executou uma proposta de planejamento industrial, com o 'Plano de Metas'. Em seu governo privilegiaram-se os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Foi um período de grande crescimento econômico, com alterações na estrutura produtiva, porém o modelo de crescimento do Brasil, baseado no sistema de substituição de importações (SI), comandado pelo Estado, por meio de investimentos e crédito público, aliado ao apoio da poupança externa causou ao país grandes desequilíbrios nas contas públicas e inflação alta.

Em 1964 o regime militar, viveu um momento de crise econômica e política, onde uma nova fase de crescimento é observada entre 1968 até 1973, período chamado de 'milagre econômico'¹¹, quando entra numa crise de balanço de pagamentos, provocado pelo alto endividamento externo e o demasiado protecionismo. No cenário externo ocorreu o 'primeiro choque', com o aumento internacional do preço do petróleo, em 1973.

O regime autoritário perdeu espaço no período de 1974 a 1984, quando a sociedade pressiona o País para mudar suas ações no sentido da redemocratização (HERMANN, 2005). Neste período o presidente, Ernesto Geisel, com a visão de ajuste estrutural do País, implementa o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), por meio do qual completasse o processo de substituição de importação. Neste governo, há grandes investimentos em infra-estrutura, bens de produção (capital e insumos), energia e exportação. Com isto, ocorreu um *boom* no crescimento econômico. O financiamento do II PND advém, em sua maioria de investimentos públicos (impostos e endividamento das estatais) ou externo (petrodólares). Contudo, condições adversas, demonstram as limitações brasileiras para a manutenção de altas taxas de crescimento, como a restrição externa e a ameaça de descontrole inflacionário. Sendo assim adotou-se uma política monetária e fiscal contracionista (HERMANN, 2005).

No governo seguinte, João Figueiredo (1979-1984), inicia-se com o resíduo do crescimento econômico de Geisel, mas há um forte aumento da inflação e a deterioração das contas externas. A partir de 1981 agrava-se o desequilíbrio no Balanço de Pagamentos,

¹¹ Milagre econômico brasileiro (1968-1973): período de crescimento econômico acelerado, favorecido pelas reformas anteriores (Plano de Metas e PAEG) e as condições internacionais favoráveis (liquidez internacional proporcionada pelos países produtores do petróleo que ofereciam financiamentos a baixo custo).

somados a aceleração inflacionária e o forte desequilíbrio fiscal. As políticas adotadas visavam ajustar a economia aos choques externos (aumento do preço do petróleo em 1979 e aumento da taxa de juros, entre 1979 a 1982). O rompimento do diálogo com as economias do norte leva a suspensão do crédito internacional. Como consequência, o país mergulha num longo período de estagnação econômica, com curtíssimos períodos de interrupção, que perdura até a década de 1990. Na literatura econômica esse período ficou conhecido como a ‘década perdida’. (HERMANN, 2005). Enquanto o Brasil amargava sérias dificuldades promovidas pela política neoliberal, a China abria a porta para o mundo.

A crise fiscal e da balança de pagamentos, somada a indexação da economia, implantada desde 1964, resultaram num período de estagnação econômica e alta inflação nos anos de 1980 a 1994. No entanto, esse é um período de grandes reformas, como a financeira onde permitiu a limitação nos gastos orçamentários do governo, na visão de Bresser-Pereira (2004). Um período marcado também pelas maxidesvalorizações do câmbio dos anos de 1979 e 1983.

Segundo Hermann (2005, p. 107) os custos macroeconômicos que o Brasil enfrentou na década de 1980 advêm, em parte, pelo modelo de financiamento para implementação do II PND (1974-1978) e, por outra parte, pelo modelo de ajuste externo adotado nos anos 79-84, a fim de atenuar os choques externos do período.

Entre 1985 a 1989 as principais ações da política econômica concentraram-se em medidas para estabilizar a inflação. Em 1987 inicia-se a abertura comercial do país, houve também a privatização de grandes empresas estatais e a renegociação da dívida externa, que alcançou um acordo definitivo somente em 1993. No entanto, as tentativas foram malsucedidas, o Brasil neste período não cresceu, e as contas fiscais e externas se deterioraram. No entanto as experiências serviram de aprendizado para catalisar o movimento de redemocratização e a retomada do controle da macroeconomia em 1994 (Plano Real¹²) que permite a neutralização da inércia inflacionária. É um período marcado também pela forte e rápida abertura econômica do país, que por sua vez não altera a posição do Brasil no comércio internacional. (CASTRO, 2005).

Com o controle da macroeconomia, o Brasil apresenta indicadores favoráveis ao crescimento econômico, como a leve redução no endividamento externo e a forte redução na dívida pública interna. No entanto o país manteve-se semi-estagnado. Para Bresser-

¹² Para uma análise crítica do Plano Real e as taxas de crescimento ver Ferrari Filho (2003). O artigo apresenta uma proposta para o desenvolvimento econômico brasileiro.

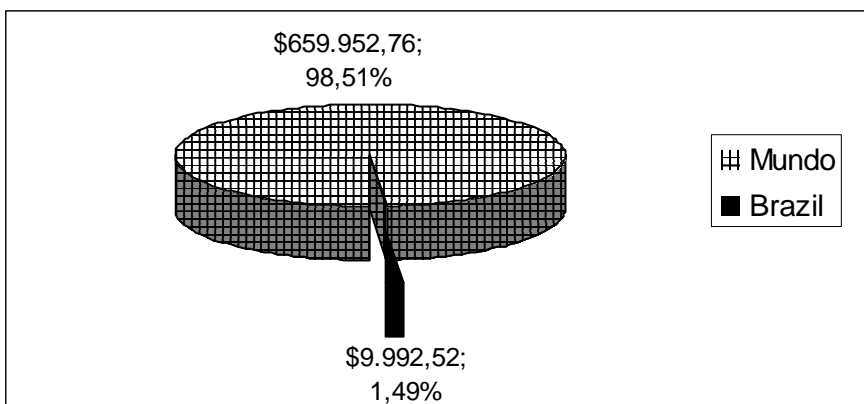
Pereira (2004), o Brasil pegou ‘carona’ na política adotada em contexto mundial, de globalização e neoliberalismo, por meio desta política, a economia é regida somente pelo mercado e o Estado nacional perde a importância. Essa crença com o tempo apresenta-se equivocada, pois os países asiáticos demonstram que o controle do Estado na economia permite os países viverem um grande período de desenvolvimento na década de 1990, enquanto a América Latina não participou do mesmo crescimento. Os países que se desenvolveram no século XX apresentaram como estratégia de crescimento o câmbio relativamente desvalorizado, pois permite conter os aumentos dos salários no curto prazo e levar o país ao crescimento no médio prazo, além de elevar a poupança e abrir mercado no exterior.

O Brasil usou a estratégia de crescimento econômico com base no acúmulo de poupança externa e abertura da conta financeira. No entanto essa política levou o país a perder o controle da taxa de câmbio, pois a entrada de capitais, gera impactos sobre o câmbio, permitindo uma elevação dissimulada dos salários e do consumo. Isso fez com que o país aumentasse a sua dívida, reduzindo drasticamente a poupança interna, aniquilando a capacidade de ampliar o nível de investimento na economia. Tal política deixa o país num quadro de instabilidade macroeconômica. Para Bresser-Pereira (2004) não é apenas uma estabilidade de preços, mas também de contas externas. O Brasil só alcançou a estabilidade de preços após as duas crises cambiais (1999 e 2002). Por ser um país muito endividado, não havia espaço para crescimento via poupança externa, esta política significa déficit em conta corrente e, como consequência, aumento do endividamento externo. É fundamental para o crescimento do país no curto prazo, alcançar a estabilidade macroeconômica, por meio de políticas efetivas no câmbio e na taxa de juros básica.

4. ESTRUTURA E ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL BRASIL E CHINA

Neste capítulo faz-se um mapeamento do comportamento do comércio exterior sino-brasileiro, no período de 1989 a 2006. Destaca-se que no período analisado houve forte instabilidade na conjuntura nacional e internacional, marcada pelas crises econômicas na Ásia, Rússia e Brasil. As crises trouxeram conseqüências negativas sobre o desenvolvimento da economia brasileira, dificultando o financiamento do seu comércio externo e reduzindo a demanda de importadores mundiais de produtos agrícolas.

O volume total de comércio da China em 2005 foi de US\$ 1,42 trilhões, sendo que as exportações corresponderam a US\$ 761,9 bilhões e as importações a US\$ 659,9 bilhões, obtendo um saldo superavitário em US\$ 102 bilhões, conforme a base de dados das Nações Unidas (COMTRADE, 2007). Por outro lado, o comércio total com o Brasil foi de US\$14,8 bilhões, representando uma participação no mercado chinês de 1,49% em 2005 (Figura 4.1).



Fonte: Comtrade, 2007.

Figura 4.1: Valores relativos e absolutos do montante de comércio da China com o mundo e com o Brasil, 2005

A Tabela 4.1 apresenta a evolução do comércio Brasil-China, na qual verifica-se que a partir do ano 2000 há uma forte tendência de crescimento nas exportações brasileiras para a China. As importações também demonstram ritmo crescente desde 2000. Refletindo esses desempenhos de forte ascensão, o montante de comércio com a China cresceu 710% nos últimos seis anos, ampliando-se de US\$ 2,31 bilhões, em 2000, para US\$ 16,4 bilhões em 2006. No entanto, destaca-se que a variação do saldo comercial vem oscilando significativamente, atingindo patamares negativos em 10 dos 17 anos analisados.

Tabela 4.1: Dinamismo do comércio bilateral Brasil-China, 1989-2006

(Em US\$ FOB Milhões)

Ano	Exportações do Brasil para China (a)		Importações provenientes da China (b)		Saldo Comercial (a - b)		Intercâmbio Comercial (a+b)	
	Valor	Var.	Valor	Var.	Valor	Var.	Valor	Var.
1989	628	-	1.166	-	-538	-	1.795	-
1990	382	-39,2	169	-85,5	213	-139,6	551	-69,3
1991	226	-40,7	129	-23,6	97	-54,3	355	-35,4
1992	460	103,2	117	-9,5	343	252,5	577	62,3
1993	779	69,4	305	161,1	475	38,2	1.084	88,0
1994	822,4	5,5	463,5	52,0	358,9	-24,4	1.285,9	18,6
1995	1.203,8	46,4	1.041,7	124,8	162,0	-54,9	2.245,5	74,6
1996	1.113,8	-7,5	1.132,9	8,8	-19,1	-111,8	2.246,7	0,1
1997	1.088,2	-2,3	1.166,4	3,0	-78,2	310,4	2.254,6	0,4
1998	904,9	-16,8	1.033,8	-11,4	-128,9	64,9	1.938,7	-14,0
1999	676,1	-25,3	865,2	-16,3	-189,0	46,6	1.541,3	-20,5
2000	1.085,2	60,5	1.222,1	41,3	-136,9	-27,6	2.307,4	49,7
2001	1.902,1	75,3	1.328,4	8,7	573,7	-519,0	3.230,5	40,0
2002	2.520,5	32,5	1.554,1	17,0	966,4	68,5	4.074,5	26,1
2003	4.532,6	79,8	2.147,4	38,2	2.385,1	146,8	6.680,0	63,9
2004	5.440,0	20,0	3.710,5	72,8	1.729,5	-27,5	9.150,4	37,0
2005	6.833,7	25,6	5.354,5	44,3	1.479,2	-14,5	12.188,2	33,2
2006	8.399,5	22,9	7.989,0	49,2	410,6	-72,2	16.388,5	34,5

Fonte: SECEX/MDIC, 2007

A Tabela 4.2 destaca a expansão das relações comerciais do Brasil com a China no período de 1989 a 2006. As compras chinesas provenientes do Brasil aumentaram 2.953% no período, enquanto as importações chinesas do mundo cresceram 2.922%. No lado das exportações, a participação do Brasil reduziu-se ao longo do período analisado. Em 1989 a China vendia para o Brasil 1,5% de suas exportações, em 2006, a participação foi de 0,8%. As exportações chinesas, entre os anos de 1989 a 2006, evoluíram 3.795%, enquanto o percentual de aumento para o Brasil foi de 1.821%.

Tabela 4.2: Comércio exterior da China e participação (em %) do comércio com o Brasil, 1989 a 2006

(Em US\$ FOB Milhões)

Ano	Exportações do Brasil para China (a)		Importações provenientes da China (b)		Saldo Comercial (a - b)		Intercâmbio Comercial (a+b)	
	Valor	Var.	Valor	Var.	Valor	Var.	Valor	Var.
1989	628	-	1.166	-	-538	-	1.795	-
1990	382	-39,2	169	-85,5	213	-139,6	551	-69,3
1991	226	-40,7	129	-23,6	97	-54,3	355	-35,4
1992	460	103,2	117	-9,5	343	252,5	577	62,3
1993	779	69,4	305	161,1	475	38,2	1.084	88,0
1994	822,4	5,5	463,5	52,0	358,9	-24,4	1.285,9	18,6
1995	1.203,8	46,4	1.041,7	124,8	162,0	-54,9	2.245,5	74,6
1996	1.113,8	-7,5	1.132,9	8,8	-19,1	-111,8	2.246,7	0,1
1997	1.088,2	-2,3	1.166,4	3,0	-78,2	310,4	2.254,6	0,4
1998	904,9	-16,8	1.033,8	-11,4	-128,9	64,9	1.938,7	-14,0
1999	676,1	-25,3	865,2	-16,3	-189,0	46,6	1.541,3	-20,5
2000	1.085,2	60,5	1.222,1	41,3	-136,9	-27,6	2.307,4	49,7
2001	1.902,1	75,3	1.328,4	8,7	573,7	-519,0	3.230,5	40,0
2002	2.520,5	32,5	1.554,1	17,0	966,4	68,5	4.074,5	26,1
2003	4.532,6	79,8	2.147,4	38,2	2.385,1	146,8	6.680,0	63,9
2004	5.440,0	20,0	3.710,5	72,8	1.729,5	-27,5	9.150,4	37,0
2005	6.833,7	25,6	5.354,5	44,3	1.479,2	-14,5	12.188,2	33,2
2006	8.399,5	22,9	7.989,0	49,2	410,6	-72,2	16.388,5	34,5

Fonte: Comtrade, 2007.

Na relação comercial da China com o Brasil, em 2004, verifica-se que o Brasil ocupa uma posição mais privilegiada no que tange ao fornecimento de produtos à China, em comparação ao destino dos produtos chineses. Dados do Global Trade Atlas apresenta o Brasil como o 14º país fornecedor ao mercado chinês e o 25º país que mais adquiriu produtos chineses.

Os países asiáticos são os maiores fornecedores do mercado chinês, em 2004 os principais fornecedores foram o Japão, com uma participação de 16,8%, seguido de Taiwan, com 11,5%, da Coreia do Sul com 11,1%. Já os Estados Unidos alcançou a 4ª posição com uma participação de 8,0% e a Alemanha, com 5,4%, conforme a Tabela 4.3. Por outro lado os Estados Unidos lidera como principal mercado dos produtos chineses, sua participação alcança a casa dos 21,1%, na seqüência os países asiáticos voltam a tomar a posição de fiéis parceiros comerciais com a China, seguidos da União Européia.

Tabela 4.3: Ranking dos principais países fornecedores e compradores do mercado chinês em 2004

Ranking	Principais fornecedores	%	Principais compradores	%
1	Japão	16,8	Estados Unidos	21,1
2	Taiwan	11,5	Hong Kong	17,0
3	Coreia do Sul	11,1	Japão	12,4
4	Estados Unidos	8,0	Coreia do Sul	4,7
5	Alemanha	5,4	Alemanha	4,0
6	Malásia	3,2	Países Baixos	3,1
7	Cingapura	2,5	Reino Unido	2,5
8	Rússia	2,2	Taiwan	2,3
9	Hong Kong	2,1	Cingapura	2,1
10	Austrália	2,1	França	1,7

Fonte: Global Trade Atlas, 2004.

Na Tabela seguinte, evidencia-se a importância do mercado Chinês para a economia brasileira, este se constitui no terceiro mercado para os produtos brasileiros, alcançando uma participação de 6,1% no ano de 2006. Lideram o ranking do principal mercado comprador, os Estados Unidos, seguido da Argentina.

As importações brasileiras provenientes dos principais blocos econômicos apresentaram crescimento no ano de 2006 (MDIC, 2007). A China ocupou a posição de terceiro maior mercado fornecedor para o Brasil, com uma participação de mercado de 6,1%. Já os Estados Unidos e a Argentina, permanecem em suas posições tradicionais de primeiro e segundo principal parceiro comercial do Brasil, respectivamente.

Tabela 4.4: Exportação brasileira, em ordem decrescente, por principais países de destino, em bilhões US\$ FOB - 2006

ORDEM	DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO/DEZEMBRO			
		2006	Part.	2005	Part.

2005	2006		(A)	%	(B)	%	A/B
1	1	Estados Unidos	24,4	17,8	22,5	19,0	8,72
2	2	Argentina	11,7	8,5	9,9	8,4	18,14
3	3	China	8,4	6,1	6,8	5,8	22,91
4	4	Países Baixos (Holanda)	5,7	4,2	5,3	4,5	8,72
5	5	Alemanha	5,7	4,1	5,0	4,3	12,98
6	6	Mexico	4,4	3,2	4,1	3,4	9,27
7	7	Chile	3,9	2,8	3,6	3,1	7,86
8	8	Japao	3,9	2,8	3,5	2,9	11,73
9	9	Italia	3,8	2,8	3,2	2,7	18,78
13	10	Venezuela	3,6	2,6	2,2	1,9	60,41

Fonte: SECEX/MDIC, 2007

Em 2006, as importações provenientes da China aumentaram em 22,9%, uma das mais significativas taxa de crescimento de importação no período. Os principais produtos responsáveis pela ampliação das importações são: material eletroeletrônico, máquinas e equipamentos, combustíveis minerais, instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia, minérios, veículos automóveis, borracha e suas obras, e plástico e suas obras.

Tabela 4.5: Importação brasileira, em ordem decrescente, por principais países de origem, em bilhões US\$ FOB - 2006

Ranking	País	Valor	Var. % 2006/2005	Part. %
1	Estados Unidos	24,7	9,4	18,0
2	Argentina	11,7	19,1	8,5
3	China	8,4	22,9	6,1
4	Países Baixos	5,7	9,6	4,2
5	Alemanha	5,7	13,9	4,1
6	México	4,4	10,1	3,2
7	Chile	3,9	8,7	2,8
8	Japão	3,9	12,6	2,8
9	Itália	3,8	19,7	2,8
10	Venezuela	3,6	61,7	2,6
11	Rússia	3,4	19,0	2,5
12	Bélgica	3,0	40,8	2,2

Fonte: SECEX/MDIC, 2007.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC), os principais produtos que garantem o dinamismo da pauta exportadora para a China são: minérios, escórias e cinzas; sementes e frutos oleaginosos; combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação; peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros; pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas); reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes; ferro fundido, ferro e aço; madeira, carvão vegetal e obras de madeira; plásticos e suas obras; gorduras e óleos animais ou vegetais; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e

suas partes; sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento, fumo (tabaco) e seus sucedâneos, manufaturados, veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios, resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais.

Os principais produtos que o Brasil compra do mercado chinês são: máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios; reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes; produtos químicos orgânicos; instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios; filamentos sintéticos ou artificiais; obras de ferro fundido, ferro ou aço; plásticos e suas obras; brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte; suas partes e acessórios; veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios; combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais; vestuário e seus acessórios, exceto de malha; produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos; calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes; obras de couro; artigos de correio ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefatos semelhantes; obras de tripa.

5 MENSURAÇÃO DA COMPETITIVIDADE ENTRE AS NAÇÕES: BRASIL E CHINA

Esta seção trata da análise dos indicadores da pesquisa, quais sejam: o índice de orientação de comércio, o índice de vantagem comparativa revelada simétrica e o índice de intensidade de comércio.

5.1. Descrição Metodológica dos Índices

5.1.1. Índice de Intensidade do Comércio (IIC)

O Índice de Intensidade do Comércio (IIC_{ij}) pode mostrar a relativa importância sobre as trocas nos fluxos bilaterais de comércio em relação a suas participações no comércio global. Geralmente é utilizado para avaliar a evolução do destino das exportações, uma vez que relaciona a participação do comércio bilateral com o total das exportações ou importações globais dos dois países em questão (ADRIANA, 2003). O índice é calculado da seguinte maneira:

$$IC_{ij} = \frac{(X_{ij} / X_i)}{(M_j / M_w)} \quad (1)$$

onde:

IC_{ij} = intensidade de comércio do país *i* para o país *j*;

X_{ij} = exportações do país *i* para o país *j*;

X_i = exportações totais do país *i*;

M_j = importações totais do país *j*;

M_{wj} = importações totais mundiais.

Assim, quando o índice de Intensidade do Comércio – IC_{ij} apresenta-se superior a 1, significa que há forças competitivas favorecendo o comércio bilateral, em relação ao comércio com o ‘resto do mundo’. Contrariamente, quando IC_{ij} apresenta-se inferior a 1,

as exportações e importações para os ‘demais países’ estão aumentando acima do fluxo comercial Brasil-China.

5.1.2 Índice de Vantagem Comparativa Revelada (VCR)

O conceito de Vantagem Comparativa Revelada (VCR), proposto por Bela Balassa em 1965, originou diversos indicadores de desempenho (COUTINHO e FERRAZ,1993). Em geral, o indicador de maior utilização se refere ao que mede a participação de um determinado produto no total das exportações do país em relação à parcela das exportações mundiais do mesmo produto no total. A expressão algébrica é dada por:

$$VCR_{ij} = \frac{(X_{ij} / X_{tj})}{(X_{im} / X_{tm})} \quad (2)$$

onde:

VCR_{ij} = vantagem comparativa revelada do produto/setor i do país j;

X_{ij} = valor das exportações do produto/setor i pelo país j;

X_{ti} = valor das exportações totais do país j;

X_{im} = valor das exportações do produto/setor i da região ou país (contra o qual se quer medir a vantagem comparativa);

X_{tm} = valor das exportações totais da região ou país (contra o qual se quer medir a vantagem comparativa);

Se o Indicador de Vantagem Comparativa Revelada apresentar um resultado superior à 1, o país j é considerado competitivo nas exportações do produto/setor em questão. No entanto, se o VCR_{ij} variar entre 0 e 1, o país exporta produtos em que há desvantagem comparativa revelada, ou seja, o país considerado tende a diminuir sua competitividade internacionalmente. Se VCR_{ij} é igual a 1, o país desfruta da mesma competitividade média vigente mercado internacional (KUME, PIANI e MIRANDA, 2005).

Observa-se que as amplitudes do VCR são assimétricas. Sendo assim, normalizou-se o índice conforme método proposto por Laursen (1998).

$$\mathbf{VCRS_{ij} = \frac{VCR_{ij-1}}{VCR_{ij+1}} \quad (3)}$$

onde $VCRS_{ij}$ significa o Índice de Vantagem Comparativa Revelada *Simétrica*.

Deste modo, a variação entre 0 e 1 do $VCRS_{ij}$ determina que o país apresenta vantagem comparativa no produto i ; porém se $VCRS_{ij}$ variar entre -1 e 0 , significa que há desvantagem comparativa; e se for igual a 0 , tem a mesma competitividade média dos demais exportadores.

5.1.3 Índice de Orientação de Comércio (IOC_{ij})

O Índice de Orientação de Comércio (IOC_{ij}) visa mensurar o peso de um setor/produto nas exportações bilaterais em relação ao peso de suas exportações totais com destino ao resto do mundo. O Índice IOC_{ij} varia entre zero e infinito. Para valores maiores que 1 indica-se uma orientação favorável ao comércio bilateral, demonstrando que os países-parceiros estão ficando mais dependentes um do outro, e menos dependentes do comércio mundial; valores inferiores a 1 sugere-se uma orientação favorável ao resto do mundo. Se o Índice IOC_{ij} for igual a 1, sugere-se que não há preferência de destino para a exportação, ou seja, o produto não possui orientação de comércio. Compõem o índice as seguintes razões:

$$\mathbf{IOC_j = \frac{(X_{bj} / X_{bt})}{(X_{oj} / X_{to})} \quad (4)}$$

onde:

IOC_j = Índice de Orientação de Comércio do Produto j ;

X_{bj} = valor das exportações do produto j no comércio bilateral

X_{bt} = valor das exportações totais no comércio bilateral

X_{mj} = valor das exportações do produto j para o mundo

X_{mt} = valor das exportações totais no comércio mundial

5.2 Índice de Intensidade de Comércio (IIC)

Para medir a importância de comércio entre os países Brasil e China, utiliza-se o índice de Intensidade de Comércio (IIC). A Tabela 5.1 apresenta o Índice para o Brasil e os parceiros comerciais China (país selecionado na pesquisa) e Estados Unidos da América (país selecionado como parâmetro de comparação), para o período de 1984 a 2006.

Tabela 5.1: Evolução do Índice de Intensidade de Comércio entre as nações Brasil e China, para o período de 1984 a 2006

Ano	Brasil-China	China-Brasil	Brasil-USA	USA-Brasil
1984	1,29	1,95	1,66	1,53
1985	1,63	2,08	1,57	1,98
1986	0,95	1,18	1,50	2,36
1987	0,68	1,01	1,67	2,40
1988	1,03	0,28	1,61	2,35
1989	0,89	0,26	1,46	2,12
1990	0,82	0,28	1,72	2,06
1991	0,41	0,15	1,44	2,30
1992	0,61	0,13	1,37	2,14
1993	0,74	0,29	1,32	1,81
1994	0,71	0,36	1,31	1,91
1995	1,02	0,49	1,28	1,89
1996	0,92	0,49	1,30	1,96
1997	0,82	0,51	1,12	2,07
1998	0,71	0,54	1,15	2,04
1999	0,50	0,51	1,25	2,14
2000	0,58	0,55	1,28	2,21
2001	0,86	0,55	1,34	2,38
2002	0,94	0,60	1,42	2,38
2003	1,17	0,74	1,39	2,34
2004	0,94	0,86	1,30	2,36
2005	0,94	0,87	1,19	2,33
2006	0,94	1,02	1,15	2,48

Fonte: COMTRADE; UNCTAD, 2007.

Conforme esperado, os índices para o comércio bilateral Brasil e Estados Unidos são superiores a unidade, uma vez que esse país representa o parceiro comercial número um do Brasil. Já com a economia chinesa, o índice varia significativamente, apresentando em diversos períodos valores muito baixo, indicando uma perda de participação do comércio bilateral.

Dentre os resultados, pode-se dizer que a evolução das exportações do Brasil para a China é maior que da China para o Brasil, uma vez que a China é o terceiro maior mercado exportador do Brasil. Em comparação o Brasil ocupa a décima quarta posição no ranking de parceiro comercial com a China.

5.3 Índice de Orientação de Comércio (IOC)

A Tabela A1 em anexo apresenta os produtos com índice de orientação de comércio (IOC) maior que a unidade para o ano de 2006. Observa-se que dos noventa e sete produtos selecionados, somente 25,8% deles tiveram alguma tendência positiva no comércio bilateral com a China, enquanto 74,2% dos produtos foram exportados em direção a outros países. Com base nestes resultados, pode-se afirmar que as exportações brasileiras não estão orientadas ao comércio com a China. Na Tabela 5.2, destaca-se os principais produtos na pauta de exportação brasileira para a China.

Tabela 5.2: Produtos selecionados com índice de orientação de comércio para a China maiores que a unidade para os anos de 1989, 1999, 2000, 2002, 2004, 2006

Descrição (Capítulo)	1989	1999	2000	2002	2004	2006
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palha e forragem (12)	0,61	23,26	34,37	31,54	20,48	21,35
Matérias para entrançar e outros produtos de origem vegetal, não especificados nem compreendidos em outros Capítulos (14)	0,00	0,00	62,05	5,18	36,83	36,62
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal (15)	58,79	20,57	10,35	16,84	21,89	4,21
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos, manufaturados (24)	6,73	13,53	13,47	8,08	4,94	2,24
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento (25)	0,39	3,81	8,15	9,52	6,83	6,94
Minérios, escórias e cinzas (26)	4,53	28,34	18,96	22,37	15,43	13,91
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais (27)	0,00	0,02	8,97	0,00	3,43	3,99
Produtos químicos orgânicos (29)	3,18	4,24	2,64	1,48	1,62	1,18
Plásticos e suas obras (39)	25,49	1,82	6,80	3,84	1,53	2,77
Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo*), e couros (41)	0,72	12,06	7,10	10,73	10,45	10,26
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira (44)	0,18	2,27	5,14	5,20	3,11	2,68
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas) (47)	1,18	14,32	7,62	11,53	10,68	7,74
Algodão (52)	9,02	0,00	0,01	0,99	1,84	1,99
Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecido de fios de papel (53)	0,00	1,32	0,00	23,88	14,23	17,04
Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis (59)	0,68	0,53	0,28	0,45	0,17	2,79
Ferro fundido, ferro e aço (72)	18,82	3,07	2,53	4,75	4,31	1,01

Fonte: Aliceweb, 2007.

Outro fator de destaque se refere à variabilidade dos indicadores. Observa-se uma tendência para a relação de comércio bilateral Brasil – China, no que se refere aos vinte e cinco produtos com índice maior que a unidade. Alguns desses produtos aumentaram os

índices no período analisado, como as Sementes e Frutos Oleaginosos (12), Fumo e seus sucedâneos (24), Sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento (25), Minérios, escórias e cinzas (26), Combustíveis minerais (27), Produtos químicos orgânicos (29), Extratos tanantes e tintoriais (32), Peles e couros (41), Peleteria (43), Madeira, carvão vegetal e obras de madeira (44), Pastas de madeira (47), Outras fibras têxteis vegetais (53), Cobre e suas obras (74), Chumbo e suas obras (78), Outros metais comuns (81), Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes (84).

Cabe salientar os produtos que iniciaram o período com índice de orientação zero ou quase nulo e alcançaram em 2006 índices superiores a um, como: produtos ind. moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo (11), sementes e frutos oleaginosos (12), preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas (20), sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento (25), combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais (27), produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos (28), extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes, tintas e vernizes, mástiques; tintas de escrever (32), peles, exceto a peleteria (peles com pêlo*), e couros (41), peleteria (peles com pêlo*) e suas obras; peleteria (peles com pêlo*) artificial (43), madeira, carvão vegetal e obras de madeira (44), outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecido de fios de papel (53), tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis (59), cobre e suas obras (74), chumbo e suas obras (78), outros metais comuns; ceramais ("cermets"); obras dessas matérias (81), reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes (84).

Alguns produtos apresentaram decréscimo do índice entre 1989 a 2006, por exemplo, Plásticos e suas Obras (39), Ferro Fundido, Ferro e Aço (72), Algodão (52). O caso das Gorduras e Óleos Animais ou Vegetais (15) apresenta a maior oscilação, com um índice de 102,24 em 1994, e cai para 4,21 em 2006.

5.4 Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS)

Os produtos brasileiros com vantagens comparativas reveladas simétricas em relação à economia chinesa, no período de 1984 a 2004, são apresentados na Tabela A2 em

anexo. A intuição deste índice é demonstrar a participação de determinado produto no total das exportações do país em relação à parcela das exportações mundiais deste mesmo produto. Aqui se calculou o índice de vantagem comparativa revelada simétrica da pauta de exportação brasileira em relação a China.

De um total de duzentos e trinta e nove (239) produtos analisados, o Brasil possui vantagem comparativa em 46,4%, em comparação à China. Destaque para manteiga (023), minério e concentrados de ferro (281), ouro (971), polpa e resto de papel (641), café e substitutos (251), óleos vegetais (423) e algodão (263).

Outros produtos com alto índice de vantagem comparativa revelada simétrica foram: a carne (011 e 012), açúcar e mel (061), cacau (072), fibra vegetal (265), minérios (282, 287 e 289), máquinas agrícolas (721), tratores (722), motores (781, 782 e 783), e avião (792) (Tabela 5.3).

Tabela 5.3: Brasil e China: produtos selecionados com índice de vantagem comparativa simétrica maiores que zero para os anos de 1984, 1994, 2000, 2002, 2004

Códigos / Produtos	1984	1994	2000	2002	2004
011 Carne de boi	0,28	0,64	0,81	0,92	0,96
012 Carne seca, salgada e defumada	-0,64	-0,22	0,27	0,85	0,90
023 Manteiga	...	0,41	0,35	0,61	1,00
061 Açúcar e mel	0,84	0,75	0,94	0,97	0,98
072 Cacau	0,93	0,94	0,92	0,96	0,95
423 Óleos vegetais fixos, macios	0,81	0,84	0,92	0,98	0,99
251 Polpa e resto de papel	0,99	0,99	1,00	1,00	1,00
263 Algodão	-0,72	-0,79	-0,31	0,51	0,99
265 Fibra vegetal, exceto algodão	-0,29	0,29	0,52	0,77	0,90
281 Minério de ferro	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
282 Sucata do ferro e do aço	-0,83	-0,56	0,36	0,91	0,92
287 Minérios dos metais baixos	0,19	0,74	0,92	0,84	0,83
289 Minérios de metais preciosos, resto	...	0,99	0,82	0,87	0,96
641 Papel e cartões	0,48	0,86	0,67	0,76	0,76
721 Máquinas agrícolas, exceto trator	0,77	0,84	0,70	0,60	0,79
722 Tratores	0,95	0,61	0,67	0,88	0,92
781 Veículos	1,00	0,97	0,99	0,99	0,97
782 Veículos de serviços	0,90	0,91	0,93	0,88	0,90
783 Motor de carro	0,97	0,98	0,92	0,91	0,94
971 Ouro, não monetária nes	1,00	1,00

Fonte: Aliceweb, 2007.

A Tabela 5.4 a seguir relaciona o Índice de Orientação Regional (IOR) e o Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS) para os vinte produtos que obtiveram o maior volume de exportações no comércio bilateral Brasil e China, tendo como base o ano de 2004.

Tabela 5.4: Média quadrianual para os índices de orientação regional (IOR) e de vantagem comparativa revelada simétrica (IVCRS) entre as nações Brasil e China, 1989 a 2004

Produtos (códigos) (1)	Índice de Orientação Regional - IOR				Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica _ IVCRS			
	89-92	93-96	97-00	01-04	89-92	93-96	97-00	01-04
Sementes etc (12/222)	0,16	0,18	22,53	25,36	0,13	0,35	0,67	0,88
Minérios etc (26/281)	12,44	10,51	18,45	18,83	0,03	0,10	0,29	0,66
Gorduras animais e vegetais (15/411)	74,06	67,44	31,94	13,56	0,00	0,19	0,57	0,86
Ferro e aco (72/282)	12,17	12,34	2,27	5,83	-0,93	-0,81	-0,43	0,32
Madeira etc (47/246)	3,57	2,09	8,55	11,91	-0,74	-0,78	-0,98	-0,09
Combustíveis etc (27/278)	0,00	1,19	2,28	1,65	-21,06	-6,99	-34,49	-10,67
Peles (41/211)	3,18	2,80	7,12	9,50	-0,96	-0,97	-0,64	0,39
Caldeiras, etc (84/743)	0,93	1,80	1,41	2,57	0,84	0,90	0,79	0,78
Obras madeira, etc (44/ 248)	0,37	0,19	2,03	4,23	0,86	0,75	0,65	0,76
Automóveis (87/781)	0,82	2,35	0,66	2,39	1,00	0,98	0,95	0,99
Fumo (24 e 122)	2,97	0,22	7,36	6,29	0,25	0,03	0,14	0,49
Maq., mat. Elétrico (85/ 723)	0,54	1,55	1,07	1,86	0,77	0,79	0,83	0,76
Produtos químicos inorg., etc. (28/522)	0,07	0,08	1,38	0,94	-0,35	-0,15	-0,17	-0,08
Cal, cimento etc (25 / 661)	0,32	0,08	3,48	8,18	-0,20	-0,60	-0,25	-0,15
Carnes (02 / 011)	0,22	0,21	1,08	0,40	0,40	0,37	0,65	0,68
Produtos químicos orgânicos (29 / 516)	2,65	1,04	2,10	1,70	0,27	0,25	0,10	0,08
Aviões, etc.(88 / 792)	0,00	0,00	0,58	1,08	0,92	0,96	0,59	0,82
Plásticos etc (39 / 583)	13,96	1,56	3,22	2,57	0,83	0,71	0,64	0,50
Prep. de prod. hortícolas, de frutas, etc. (20/058)	0,08	0,08	0,27	1,13	0,83	0,82	0,80	0,79
Papel e cartão (48/641)	0,84	0,35	1,36	2,39	0,52	0,76	0,84	0,85

Fonte: Aliceweb e comtrade, 2007.

1 Códigos aliceweb/comtrade

Salienta-se que dos vinte produtos analisados dezoito apresentam orientação favorável ao comércio bilateral Brasil e China, somente dois produtos apresentaram, no último quadriênio, orientação de comércio favorável ao resto do mundo. No entanto a taxa de crescimento do Índice de Orientação Regional (IOR) ao longo do período 1989 a 2004 possui alta variação, quatro dos produtos analisados possuem uma forte taxa de crescimento, onde apresentaram crescimentos constantes ao longo do período, já 3 produtos apresentam uma taxa relativa, nove são baixas e quatro apresentaram queda. No que tange a análise do Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica pode-se afirmar que o país apresenta competitividade em 16 dentre os 20 produtos avaliados e tende a diminuir a competitividade em quatro destes produtos, o que por sua vez representa 25% do maior volume de produtos exportados, apenas para um produto o Brasil apresenta a mesma competitividade média vigente. No exame da taxa de crescimento da competitividade ao longo do período de 1989 a 2004 verificou-se um forte crescimento

para cinco dos produtos, um baixo crescimento para quatro produtos e seis apresentaram queda. Já cinco produtos brasileiros exportados apresentaram relativo crescimento, significando que o Brasil reduziu o grau da desvantagem competitiva, ainda que o resultado final seja negativo. Comparando os Índices de Orientação Regional (IOR) e de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS) observa-se que somente quatro dos produtos com alto índice de orientação favorável ao comércio bilateral Brasil e China desfrutaram de vantagem competitiva no comércio bilateral (sementes, minérios, gorduras animais e vegetais e pele). Destaca-se que quatro produtos reduziram o grau de desvantagem comparativa apresentando também crescimento no índice de orientação regional, no entanto a análise final confirma que esses produtos comercializados com a China apresentam desvantagem para o Brasil (madeira, combustível, produtos químicos inorgânicos e cal e cimento).

A Tabela 5.5 compara as exportações bilaterais Brasil e China com as exportações brasileiras para o resto do mundo, considerando o período de 1989 a 2004, utilizando-se como critério os vinte produtos que apresentaram o maior volume de exportação no ano de 2004.

Observa-se uma grande participação na pauta de exportação do comércio bilateral Brasil e China do produto sementes e frutos oleaginosos (12) em relação às exportações para o mundo, que por sua apresentou um percentual de 27,5% das exportações totais brasileiras no período de 2001-2004.

Salienta-se também a forte participação dos produtos gorduras de animais e vegetais (15), minérios (26), madeira (47), peles (41) e cal/cimento (25), na pauta exportadora do Brasil com o parceiro comercial China em comparação ao total exportado pelo Brasil no quadriênio de 2001-2004, com os respectivos percentuais de representatividade das exportações totais mundiais 20,4%, 20%, 13,2%, 10,9% e 9,4%.

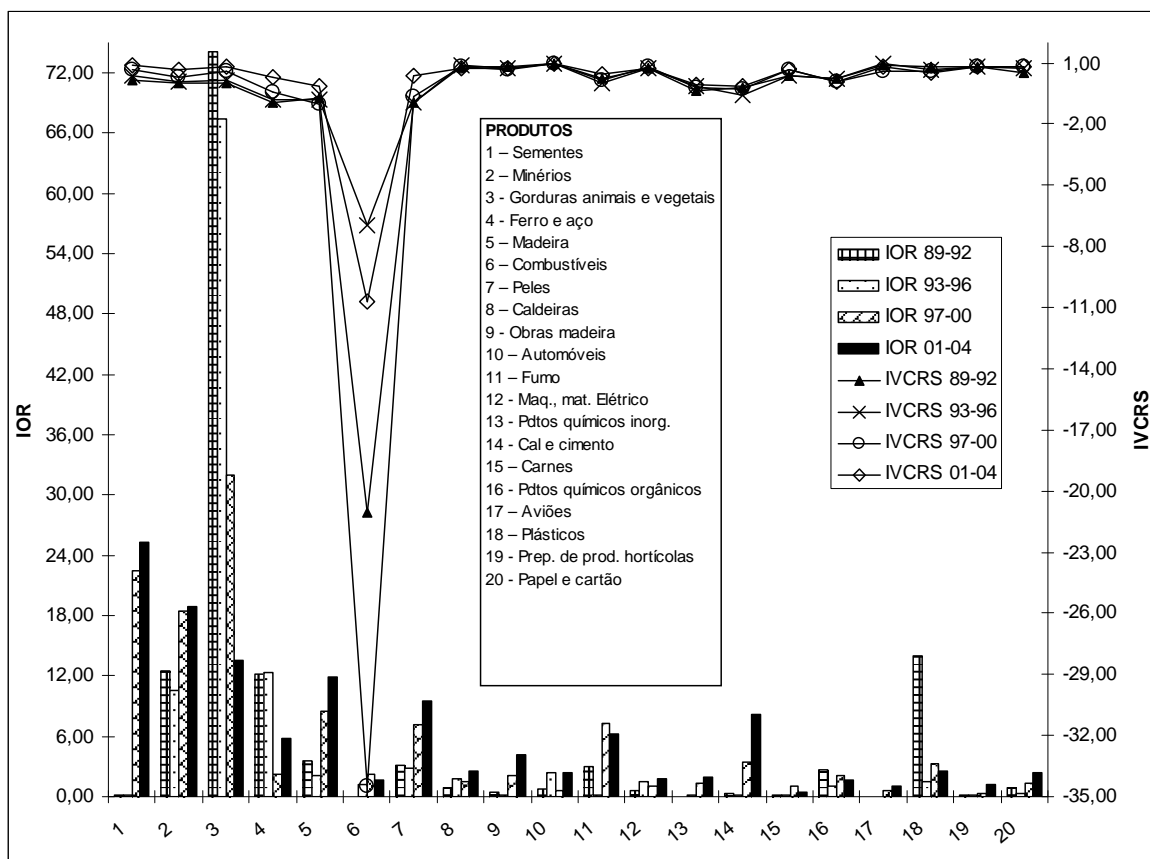
Avaliando a pauta de exportação do comércio brasileiro com os chineses no que tange aos produtos industrializados que carregam consigo alta tecnologia, verifica-se que estes apresentam baixas taxas de participação nas exportações mundiais, a exemplo automóveis (87) e aviões (88). Corroborando assim na visão de que o comércio Brasil e China está pautado em produtos de menor valor agregado.

Tabela 5.5: Exportações bilaterais Brasil e China e exportações totais do Brasil para o mundo, 1989-2004

Produtos (códigos)	Comércio Brasil e China						Comércio Brasil e Mundo									
	89-92		93-96		97-00		01-04		89-92		93-96		97-00		01-04	
	Var.	89-92	Var.	93-96	Var.	97-00	Var.	01-04	Var.	89-92	Var.	93-96	Var.	97-00	Var.	01-04
Sementes etc (12)	2.529	0,1	4.299	0,1	760.173	8,9	4.298.236	27,5	3.360.926	27,5	4.135.436	8.515.982	15.639.521			
Minérios etc (26)	277.825	2,6	554.022	5,2	908.763	7,1	3.042.517	20,0	10.507.248	20,0	10.644.699	12.726.616	15.202.028			
Gorduras animais e vegetais (15)	325.097	18,1	1.405.870	40,3	445.702	15,0	898.329	20,4	1.797.903	20,4	3.491.486	2.980.765	4.405.103			
Ferro e aço (72)	520.713	3,4	878.309	5,5	124.166	0,9	1.370.311	7,7	15.242.813	7,7	15.873.900	13.352.671	17.718.416			
Madeira etc (47)	20.793	0,8	38.319	0,9	165.262	3,4	773.249	13,2	2.613.117	13,2	4.044.643	4.919.684	5.875.669			
Combustíveis etc (27)	1	0,0	15.553	0,7	36.357	1,8	283.294	2,1	2.498.943	2,1	2.269.636	1.984.374	13.261.830			
Pele (41)	8.376	0,7	23.550	1,1	74.319	2,7	455.759	10,9	1.224.913	10,9	2.106.730	2.771.686	4.199.976			
Caldeiras, etc (84)	23.900	0,2	134.193	0,9	98.582	0,6	594.866	2,7	10.653.382	2,7	15.208.002	17.128.972	21.936.954			
Obras madeira, etc (44)	1.511	0,1	4.464	0,1	46.702	0,9	383.666	4,6	1.845.297	4,6	4.151.127	5.215.186	8.386.077			
Automóveis (87)	17.898	0,2	156.699	1,3	51.207	0,3	515.262	2,2	8.378.233	2,2	11.686.163	17.588.563	23.350.354			
Fumo (24)	20.897	0,7	6.060	0,1	107.362	2,1	283.107	6,3	2.992.951	6,3	4.621.843	5.026.509	4.468.688			
Maq., mat. elétrico (85)	3.613	0,1	53.176	0,9	35.541	0,4	239.558	1,9	4.277.874	1,9	5.813.314	8.275.083	12.857.187			
Produtos químicos inorg., etc. (28)	250	0,0	634	0,0	10.888	0,6	80.249	3,0	968.875	3,0	1.353.879	1.944.162	2.680.253			
Cal, cimento etc (25)	419	0,1	189	0,0	14.434	1,7	135.994	9,4	553.214	9,4	559.266	873.255	1.441.248			
Carnes (02)	1.323	0,1	4.822	0,1	25.624	0,5	69.237	0,5	2.452.468	0,5	4.224.217	5.677.926	14.493.702			
Produtos químicos orgânicos (29)	18.485	0,6	18.790	0,5	34.244	0,8	91.353	1,9	3.018.003	1,9	3.608.521	4.395.893	4.859.417			
Aviões, etc.(88)	0	0,0	6	0,0	37.090	0,5	125.415	1,1	1.950.164	1,1	1.344.505	7.580.777	11.776.658			
Plásticos etc (39)	87.119	3,9	25.722	0,8	49.577	1,5	123.750	2,8	2.207.444	2,8	3.036.552	3.211.666	4.371.380			
Prep. de prod. hortícolas, de frutas, etc. (20)	834	0,0	1.957	0,0	5.108	0,1	62.832	1,4	4.805.773	1,4	4.755.113	4.948.934	4.546.503			
Papel e cartão (48)	5.454	0,2	6.567	0,2	18.687	0,5	107.069	2,6	2.588.798	2,6	3.904.325	3.738.213	4.112.544			

Fonte: MDIC/Aliceweb, 2007.

A visualização da Figura 5.1 permite evidenciar a relação entre o Índice de Orientação Regional (IOR) e o Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS), principalmente para o produto combustível (6), onde o IVCRS é negativo, com um IOR positivo, expressando um alto grau de desvio de comércio.



Fonte: MDIC/Aliceweb, 2007.

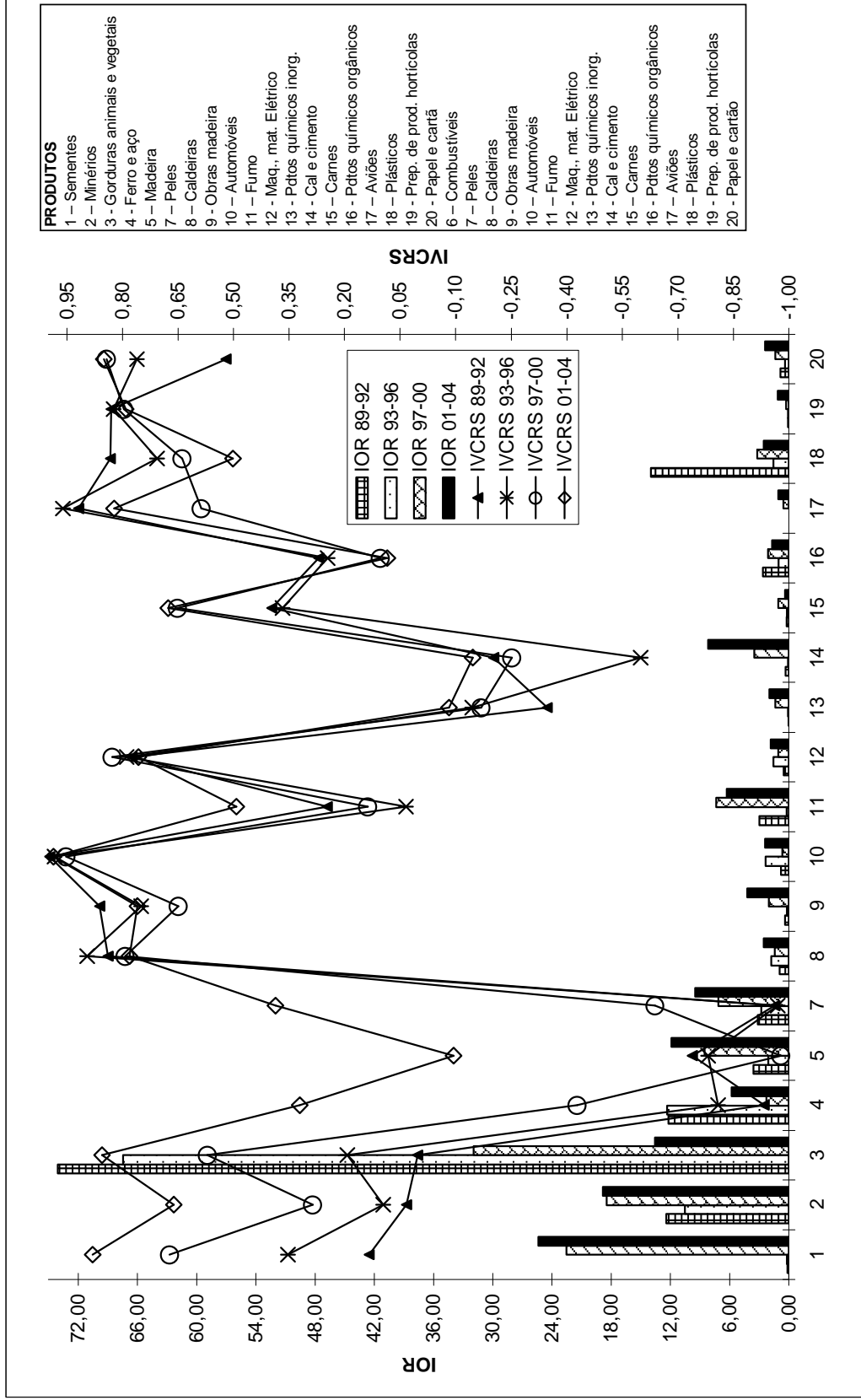
Figura 5.1: Comparação do IOR e IVCRS para os vinte maiores produtos exportados brasileiros no período de 1989 a 2004

Para os demais produtos, a Figura 5.2, na página 51, permite uma análise mais apurada, uma vez que se eliminou da composição o produto combustível (6). Observa-se um forte desvio de comércio para a maior parte dos produtos avaliados. Os dados indicam uma relação negativa entre o IOR e o IVCRS, pois a medida que os produtos apresentam aumento no índice de orientação bilateral de comércio, este é acompanhado de forte desvantagem competitiva. Dentre esses casos, podem ser citados, minérios (2), ferro e aço (4), madeira (5), peles (7), obras de madeira (9), fumo (11), produtos químicos inorgânicos (13), cal e cimento (14), produtos químicos inorgânicos (16), plásticos (18) e papel e cartões (20). por outro lado alguns produtos apresentaram criação de comércio, ou seja, aumento no IOR e IVCRS positivo. são eles: sementes (1), gorduras animais e vegetais (3), caldeiras (8), automóveis (10), máquina e materiais elétricos (12), carnes (15), aviões (17)

e preparação de produtos hortícolas (19). Salienta-se que os dois principais produtos industrializados no qual apresentam alta tecnologia, fazem parte deste segundo bloco (automóveis e aviões).

A Figura 5.2 ainda revela um alto desvio de comércio, permitindo com isso reduzir o bem-estar dos países envolvidos. Observa-se que na maioria dos casos houve uma forte tendência a orientação de comércio das exportações brasileiras para o mercado chinês, uma vez que a 90% dos produtos apresentaram Índice de Orientação Regional (IOR) maior que 1, agregados de desvantagem competitiva para o Brasil, onde o Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS) apresentou-se negativo. Salienta-se, porém que houve ao longo do período de 1989 a 2004 um aumento significativo das exportações brasileiras para o resto do mundo, conforme apresentado na Tabela 5.5. Por sua vez pode-se deduzir que os resultados da Figura 5.2 não significam que o Brasil deixou de comercializar com o resto do mundo, ao contrário o aumento da taxa de crescimento das exportações brasileiras para o mundo no período analisado, demonstra que o Brasil prima por uma taxa de abertura de comércio multilateral maior que a de comércio bilateral.

Cabe aqui destacar o trabalho de Souza (2003), quando analisa os mesmos indicadores para o Mercosul e o resto do mundo. A autora destaca que o Brasil possui uma forte tendência às relações comerciais intrabloco e extrabloco, promovendo o que se denomina de regionalismo aberto. No entanto, a correlação negativa entre os indicadores de orientação regional e de vantagem comparativa revelada faz-se presente também no seu estudo, demonstrando que o Brasil tende a preferenciar para seus parceiros comerciais produtos em que detém baixa competitividade, e tende a exportar para fora do bloco comercial Mercosul, produtos em que possui maior competitividade internacional (2003, p. 91).



Fonte: MDIC/Aliceweb, 2007.

(1) exclui-se o produto 6 – Combustível pela alta queda no IVCRS.

Figura 5.2: Comparação do IOR e IVCRS para os dezenove (1) produtos exportados brasileiros no período de 1989 a 2004

Com a utilização de software¹³ avançado na análise estatística a Tabela 5.6 permite uma visualização do grau de correlação entre os indicadores analisados (IOR e IVCRS), salienta-se que o software disponibiliza em destaque as correlações significativas para um nível de significância¹⁴ de 5%. Diferente do esperado, para um nível de significância de 5%, os indicadores de orientação regional e de vantagem comparativa são não correlacionados, em outras palavras, a correlação fraca (apresentada pelos números em preto), descrita pelos dados da amostra, não é suficiente para afirmar a existência de correlação entre as duas variáveis, não significando, contudo que a hipótese de falta de correlação seja verdadeira, apenas que os dados não mostram evidência suficiente para rejeitá-la. (BARBETTA, 2001, p. 201).

Tabela 5.6: Índice de correlação (1) entre as variáveis IOR e IVCRS para os vinte maiores produtos exportados nos quadriênios 1989-1992, 1993-1996, 1997-2000 e 2001-2004

	IOR 89-92	IOR 93-96	IOR 97-00	IOR 01-04	IVCRS 89-92	IVCRS 93-96	IVCRS 97-00	IVCRS 01-04
IOR 89-92	1,00	0,98	0,74	0,31	0,07	0,05	0,09	0,11
IOR 93-96	0,98	1,00	0,74	0,32	0,04	0,02	0,07	0,09
IOR 97-00	0,74	0,74	1,00	0,84	0,06	0,02	0,10	0,13
IOR 01-04	0,31	0,32	0,84	1,00	0,10	0,02	0,14	0,16
IVCRS 89-92	0,07	0,04	0,06	0,10	1,00	0,97	1,00	0,99
IVCRS 93-96	0,05	0,02	0,02	0,02	0,97	1,00	0,95	0,96
IVCRS 97-00	0,09	0,07	0,10	0,14	1,00	0,95	1,00	1,00
IVCRS 01-04	0,11	0,09	0,13	0,16	0,99	0,96	1,00	1,00

Fonte: MDIC/Aliceweb, 2007.

(1) Correlações em destaque para $\alpha = 0,05$.

Cabe aqui ressaltar que os resultados da análise das correlações dos indicadores, excluindo o produto combustível, não apresentaram valores significativos que pudessem alterar a avaliação exposta acima.

Tabela 5.7: Avaliação da probabilidade de significância (valor p) para que os indicadores de correlação entre as variáveis IOR e IVCRS apresentem-se significativo

	IVCRS 89-92	IVCRS 93-96	IVCRS 97-00	IVCRS 01-04
IOR 89-92	,0708 p=,767	,0522 p=,827	,0946 p=,692	,1142 p=,632
IOR 93-96	,0400 p=,867	,0219 p=,927	,0670 p=,779	,0907 p=,704
IOR 97-00	,0635 p=,790	,0201 p=,933	,0981 p=,681	,1253 p=,599
IOR 01-04	,1031 p=,665	,0155 p=,948	,1423 p=,549	,1609 p=,498

Fonte: MDIC/Aliceweb, 2007.

¹³ Utilizou-se o software Statistica 6.0.

¹⁴ **Nível de significância do teste (α)** é o valor da probabilidade tolerável de incorrer no erro de rejeitar H_0 (hipótese nula de ausência de correlação na população de onde foi extraída a amostra), quando H_0 é verdadeira. O valor comumente adotado em pesquisa social é o nível de significância de 5%, isto é, $\alpha = 0,05$ (BARBETTA, 2001, p. 200).

Por meio do software constata-se que para a existência de aceitação de correlação significativa entre as variáveis selecionadas, o nível de significância é muito alto, exigindo na maioria dos casos α igual a 50%, conforme apresenta a Tabela 5.7, incorrendo na probabilidade de rejeitar a hipótese verdadeira de ausência de correlação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O despontar da China como uma forte economia no comércio mundial tem gerado preocupações quanto a capacidade do Brasil em aproveitar o boom econômico proporcionado pela insaciável vontade de crescer da nação chinesa.

Conforme constatado no estudo, os expressivos recordes nos dados econômicos da China têm revelado a forte capacidade desta nação em promover o crescimento econômico. No entanto a China credita a capacidade de ajuste da economia às reformas iniciadas em 1978 lideradas por Deng Xiaoping. As duas bases de apoio para construir a nova China foram baseadas nas Quatro Modernizações e na criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's). Por meio destas políticas o governo atuou diretamente sobre a agricultura, indústria, forças armadas e a ciência e tecnologia.

Na agricultura a política chinesa concentrou-se na reforma agrária que tinha por objetivo quebrar os direitos de propriedade privada e ampliar a produção de grãos, garantindo o abastecimento do mercado interno. Para promover a tecnologia produtiva e a eficiência industrial, adotaram-se políticas de incentivo para criação de novas empresas, financiamento industrial, regulamentações e redirecionamento do parque industrial para a indústria pesada. Destaque especial para a maior política industrial da China, as ZEE's, áreas próximas a Hong Kong, com grande capacidade de atrair Investimentos Externos Diretos, uma vez que tinha como principal objetivo o desenvolvimento econômico e tecnológico por meio de acesso a tecnologia estrangeira. Esta política permitiu simultaneamente acesso a: tecnologia, geração de grandes divisas e lucros a China. Nas forças armadas o governo buscou maior produtividade e eficiência para garantir a segurança e lucratividade nos serviços militares, permitindo a promoção de desenvolvimentos técnicos armamentistas. Em todo o processo de reestruturação da economia chinesa o governo usou como base das modernizações a Ciência e Tecnologia. Estas reformas foram capazes de modificar a forma de pensar, transformar o ambiente econômico para a introdução da visão mercantilista do capitalismo e conseqüentemente preparar toda uma nação para abraçar a visão 'de mercado' em uma cultura fechada focada no modelo econômico socialista soviético.

O foco central da presente pesquisa se encontra na avaliação da balança comercial Brasil e China. Constata-se que para o Brasil o mercado chinês é de grande importância, configurando-se como o terceiro maior mercado, a frente do mercado Europeu. Em

contrapartida, para a China, o mercado brasileiro é modesto, alcançamos a posição de 14 mercado fornecedor. Observa-se que a China movimenta um comércio no montante de US\$ 1,4 trilhões, mas o Brasil aproveita apenas 1% deste exuberante mercado e este se concentra em *commodities* e produtos de baixo valor agregado como minérios e sementes. Na outra face, importamos produtos com maior valor tecnológico como: máquinas e equipamentos elétricos. Pela análise dos dados, pode-se dizer que o Brasil tem utilizado como estratégia a manutenção de um saldo superavitário no comércio com a China em substituição a deficiência na troca comercial em relação ao valor agregado na mercadoria.

Os indicadores avaliados na pesquisa visam aprofundar o grau das relações comerciais. Pelo Índice de Intensidade de Comércio (IIC) verificou-se a importância de comércio entre os países pesquisados. O indicador demonstrou uma volatilidade muito grande, significando em muitos momentos perda de participação de comércio no mercado chinês. Observa-se que a importância de comércio entre o Brasil e a China é superior a relação entre China e Brasil. Fato este comprovado pela posição que a China ocupa no ranking de mercados de destino dos produtos brasileiros. Está em terceiro lugar.

Para avaliar a orientação de comércio dos produtos brasileiros exportados para a China, utilizou-se o Índice de Orientação de Comércio, por meio deste indicador verifica-se que 25 dos 97 produtos detêm uma orientação favorável a este mercado, no entanto 74,2% dos produtos tendem a ser orientados para outros mercados, demonstrando que o comércio brasileiro não está orientado para a China.

A análise da competitividade dos produtos brasileiros exportados para a China no período de 1984 a 2004 baseada na metodologia do Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica revelou que o Brasil detêm uma taxa de competitividade média neste mercado, na qual somente 46,4% dos produtos brasileiros exportados demonstraram vantagem comparativa. Salienta-se que 18 dos 20 principais produtos exportados para a China apresentaram-se favorável ao comércio bilateral Brasil – China, porém ao confrontá-los com o índice de vantagem comparativa revelada simétrica, somente quatro produtos registraram vantagem competitiva. Por meio desta análise pode-se afirmar que há uma contribuição para a redução do bem estar dos países envolvidos, principalmente para o Brasil. Esta constatação também se faz presente na obra de Souza (2003) onde a autora demonstra que o Brasil tende a orientar para seus parceiros comerciais produtos em que detêm baixa tecnologia. As figuras 5.1 e 5.2, sugerem que há uma correlação negativa entre os indicadores de orientação de comércio e de vantagem comparativa, pois a cada

aumento do IOR bc há uma redução no IVCRS. No entanto, ao questionar essa avaliação por meio do Índice de Correlação verifica-se que os indicadores não são correlacionados.

Quando comparada a pauta de exportação do Brasil para a China e para o Mundo, verifica-se que exportamos para o mercado chinês commodities e produtos de baixa tecnologia. No entanto o aumento das exportações brasileiras para o Mundo no período de 1989 a 2006, demonstra que o comércio multilateral é superior ao comércio bilateral Brasil – China. Este fato fora constatado no trabalho de Souza (2003) ao avaliar as relações comerciais do Mercosul, onde destaca que o Brasil promove um regionalismo aberto.

REFERÊNCIAS

ALÉM, A.C. CATERMOL, F.; ZENDRON, P.; KRUTMAN, T.. **Sinopse Internacional 3**. BNDES, n. 3, 42 f., ago. 2005. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/sinopse_intl.asp>. Acesso em: 12 ago. 2005.

AQUINO, L. C. d. **China**: políticas de comércio internacional e desenvolvimento econômico. Argentina: CAEi, 2004. Disponível em: <

<http://www.caei.com.ar/programas/asia/05.pdf>>. Acesso em: jan. 2005

BELLUCCI, B. Abrindo os Olhos para a China. In: Abrindo os Olhos para a China. CEAA, **Centro de Estudos Afro-Asiáticos**, UCAM, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, JA, Brasil 2004. Disponível em: < <http://sala.clacso.org.ar/gsd/cgi-bin/library?e=d-000-00---0ceaabr--00-0-0--0prompt-10---4-----0-11--1-es-50---20-about---00031-001-1-0utfZz-8->>>. Acesso em: 20 mar. 2006.

BLÁZQUEZ-LIDOY, J.; RODRÍGUEZ, J.; SANTIS, J. Anjo ou demônio: os impactos do comércio chinês na América Latina. **Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, n. 31, p. 38-43, fev. 2007. Disponível em:

<http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/2/27902/CHINA_DESAFIOS31.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2007.

BONELLI, R.; HAHN, L.. **Resenha dos estudos recentes sobre relações comerciais brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 93 f. (Textos para discussão, 708). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2005.

BRIGHENTI, G. C.. **O volume exportado por Santa Catarina por fator agregado em relação ao seis maiores estados exportadores e a mensuração do índice de vantagem comparativa revelada de cinco capítulos de produtos da NCM do Brasil**. 2004. 64 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BRITTO, R. P.; BRUNHARA, A. J.; BRITTO, E. M. de O.. China e Brasil, parceiros ou concorrentes no comércio internacional? Estudo de caso do comércio exterior. **VII SEMEAD**, Seminários em Administração, São Paulo, FEA-USP, ago. 2004. Disponível em:

<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Comercio%20exterior/COMEX06-_China_e_Brasil_no_comercio_exterior.PDF>. Acesso em: jul. 2007.

CARVALHO, M. A. de; SILVA, C. R. L. da. **Economia internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CASELANI, C. N.. Cinco décadas de economia. **GV-Executivo**: revista de administração de empresas da FGV EAESP, São Paulo, n. 3, v. 3, ago.-out. 2004. Seção Economia. Disponível em: < <http://www.rae.com.br> >. Acesso em: 13 maio 2007.

CASTRO, L. B. de. Esperança, frustração e aprendizado: a história da nova república (1985-1989). In: GIANBIAGI, F. et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. cap. 4, p. 91-115.

CHINA ESTATICAL DATA. 2007. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/e-company/06-09-10/page060702.htm>>. Acesso em: 15 set. 2007.

CHINA RÁDIO INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/chinaabc/>>. Acesso em: julho de 2007.

CHINA STATISTICS 2005. 2007. Disponível em: <http://www.allcountries.org/china_statistics/index.html>. Acesso em: 22 set. 2007.

CHUNG, T. **Negócios com a China**: desvendando os segredos da cultura e estratégias da mente chinesa. Osasco/SP: Novo século, 2005.

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Características e possibilidades de incremento do comércio bilateral Brasil-China**. Brasília: 2004. 19 f. Disponível em: <http://www.cni.org.br/empauta/src/INTER_Estudo_elaborado_china2004.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2005.

COUTINHO, L. G.; FERRAZ, J. C. **Estudo da Competitividade da indústria brasileira**: sistema de indicadores da competitividade. Campinas: UNICAMP/UFRJ/PDC/ FUNCEX, 1993. Disponível em: < <http://ftp.mct.gov.br/publi/Compet/Default.htm>>. Acesso em: maio 2007.

DE NEGRI, F. **O perfil dos exportadores industriais brasileiros para a China**. Brasília: IPEA, maio 2005. 23f. (Textos para discussão, 1091). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2005.

ELLSWORTH, Paul Theodore. **Economia internacional**. Tradução Eduardo Castro Neiva Jr. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1978.

FAJNZYLBBER, P.; SARTI, F.; LEAL, J. P. G.. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**: sistema de indicadores da competitividade. In: COUTINHO, L. G; FERRAZ, J. C.; SANTOS, A. dos; VEIGA, P. da M. (Orgs.). **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Campinas: UNICAMP/UFRJ/FDC/FUNCEX, 1993. 202 f. Nota Técnica. Disponível em: < <http://ftp.mct.gov.br/publi/Compet/ntt-ind.pdf> >. Acesso em: 12 out. 2006.

FAUSTINO, H. C. Indicadores de comércio e de especialização intra-setorial: Qual ou quais utilizar nos estudos empíricos? **Revista de Economia**, Vol XII, nº 1, p. 29-54, 1992. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~faustino/textos/ind_cis.pdf>. Acesso em: mar. 2006.

FEIJÓ, F. T.. **Os determinantes das exportações de produtos industriais brasileiros para a Argentina**: uma análise econométrica. 1999. 66 f. Dissertação (Mestrado em Finanças) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

FERRARI FILHO, F. Uma agenda econômica pós-keynesiana para a economia brasileira: da tríade mobilidade de capital, flexibilidade cambial e metas de inflação à proposição de uma estratégia econômica alternativa. In: BENECKE, D.; NASCIMENTO, R. (Orgs.). **Opções de política econômica para o Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003. p.113-40

FIGUEIREDO, A. M.; SANTOS, M. L. dos. Evolução das vantagens comparativas do Brasil no comércio mundial de soja. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. XIV, n. 1, jan./fev./mar. 2005. Disponível em: <http://www.agronegocios-e.com.br/agr/down/artigos/Pol_Agr_1_2005_Art03.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2006

FURLAN, F. de M.; FELSBURG, T. B. **Brasil China**: comércio, direito e economia. São Paulo: Aduaneiras, 2005

GOMES, V.; JR ELLERY, R. Perfil das exportações, produtividade e tamanho das firmas no Brasil. **Textos para discussão**, Brasília, n. 1087, 25 f., abr. 2005. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2005.

HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIANBIAGI, F. et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. cap. 4, p. 91-115.

IMAI, H.. Explaining China's business cycles. In: THE DEVELOPING ECONOMIES, 34 (2)., jun. 1996, [S.I.]. Anais eletrônicos... [S.I.]: Blackwell Synergy, 1996. p. 154-185. Disponível em: <<http://www.blackwell-synergy.com/loi/deve>>. Acesso em: 12 maio 2007.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS. 2006. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em 12 jan 2006.

INVEST IN CHINA. .2007.Disponível em: <<http://www.fdi.gov.cn/main/indexen.htm>>. Acesso em: 15 set. 2007.

KENEN, P. B. **Economia internacional**: teoria e política. Tradução Silvia Düssel Schiros. Rio de Janeiro: Campus, 1998. Tradução de: The international economy.

KRUGMAN, P.. **Internacionalismo pop**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M.. **Economia internacional**: teoria e política. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: teoria e política**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

LAURSEN, K. Revealed comparative advantage and the alternatives as measures of international specialisation, **Danish research unit for industrial dynamics**, Denmark, n. 98-30, dec. 1998, 24f. Disponível em: <http://www.druid.dk/wp/pdf_files/98-30.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2007.

LOPES, J. M. C.; GAMA, M. **Comércio exterior competitivo**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2005.

NASCIMENTO, E. R. **Entendendo a China**. MDIC: Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/se/EntendendoChinaEdsonRonaldo.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2007.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. 2007. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/>>. Acesso em: 22 set. 2007.

NEW YORK TIMES. China Rises. 2007. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/specials/chinarises/partygames/index.html>>. Acesso em: 15 set. 2007.

OLIVEIRA, C. T. de. **China**: o que é preciso saber. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

OLIVEIRA, A. P. de. Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 138-160, 2003.

PICCININI, M. S.; PUGA, F. P. **A balança comercial brasileira**: desempenho no período de 1977/2000. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. Disponível em: <<http://www.bndespar.com.br/conhecimento/td/Td-90.pdf>>. Acesso em: agosto 2006.

PUGA, F. P.; CASTRO, L. B. de; FERREIRA, F. M. R.; NASCIMENTO, M. M. **O comércio Brasil-China**: situação atual e potencialidades de crescimento. Rio de Janeiro: BNDES, Abr. 2004. (Texto para discussão nº 104). Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td-104.pdf>>. Acesso em jan. 2005.

RIBEIRO, F.; POURCHET, H. O perfil do comércio Brasil-China. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, n. 79, [2005]. 22 f. Disponível em: <http://geein.fclar.unesp.br/reunioes/quinta/arquivos/040705_Comercio_Brasil_China.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2005.

SCHINCARIOL, V. E. Considerações sobre as transformações na China atual (1980-2006): balanço e implicações das reformas. São Paulo, 2007. 18f. Disponível em: <<http://www.unb.br/ceam/neasia/atividades/relatorios1.htm>>. Acesso em: ago. 2007.

SECEX – SECRETARIA de Comércio Exterior. 2006 Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

SIMONE, C. **As reformas econômicas na China e a atração de investimento direto externo**. 2004. 66 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SINGER, P.. Resenha a falácia do internacionalismo pop. **Teoria e debate**, São Paulo, n. 34, mar./abr./maio 1997. Disponível em;<http://www.fundacaoperseuabramo.org.br/td/td34/td34_livros02.htm>. Acesso em: 15 fev. 2008.

SOUZA, A. M. de. **Criação e desvio de comércio no mercosul – período de 1991 a 2000**. 2003. 101 f. Dissertação (Mestrado em Economia e área de concentração em Economia e Finanças) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

STORY, J. **China**: a corrida para o mercado. São Paulo: Futura, 2004.

SUN,W. **Minha China**, 2007. Disponível em: < <http://www.minhachina.com/>>. Acesso em: maio 2007.

TANG, C A. Brasil e China: uma parceria estratégica e comercial. 2002. In: CÂMARA BRASIL CHINA. 2007. Disponível em: <<http://www.ccibc.com.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2005.

THE WORLD BANK, Data & statistics, 2007. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/DATASTATISTICS/0,,contentMDK:20535285~menuPK:1390200~pagePK:64133150~piPK:64133175~theSitePK:239419,00.html>>. Acesso em: maio, 2007.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. 2006. Disponível em:<www.unctad.org>. Acesso em: jan. – fev 2006.

VASQUEZ, J. L. **Manual de exportação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VICENTE, J. R. Competitividade do Agronegócio Brasileiro, 1997 - 2003. **Agricultura São Paulo**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 5-19, jan/jun. 2005. > Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-1-05-1.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2006.

ANEXOS

Tabela A1: Produtos com índice de orientação de comércio para a China maiores que a unidade, 1989-2006

Descrição (Capítulo)	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Produtos ind. moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo (11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,72
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palha e forragem (12)	0,61	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,74	6,96	25,54	23,26	34,37	27,95	31,54	21,44	20,48	18,39	21,35
Matérias para entrançar e outros produtos de origem vegetal, não especificados nem compreendidos em outros Capítulos (14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34,78	0,00	0,00	0,00	0,00	62,05	21,86	5,18	37,05	36,83	18,13	36,62
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal (15)	58,79	110,03	85,32	42,12	6,27	102,24	74,94	86,30	67,50	29,36	20,57	10,35	1,25	16,84	14,28	21,89	6,72	4,21
Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas (20)	0,04	0,10	0,11	0,06	0,07	0,07	0,08	0,10	0,14	0,09	0,40	0,44	0,97	0,76	1,00	1,80	1,81	1,48
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos, manufaturados (24)	6,73	5,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,86	0,00	1,41	1,04	13,53	13,47	8,52	8,08	3,62	4,94	8,47	2,24
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento (25)	0,39	0,32	0,56	0,02	0,05	0,24	0,00	0,03	0,54	1,41	3,81	8,15	7,44	9,52	8,95	6,83	6,60	6,94
Minérios, escórias e cinzas (26)	4,53	8,53	22,48	14,21	10,79	12,38	9,64	9,24	11,83	14,65	28,34	18,96	22,49	22,37	15,04	15,43	13,70	13,91
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais (27)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,41	0,22	0,13	0,06	0,06	0,02	8,97	2,73	0,00	0,45	3,43	4,57	3,99
Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos (28)	0,28	0,00	0,00	0,00	0,01	0,06	0,15	0,09	2,73	0,20	2,15	0,44	1,73	0,53	1,48	0,00	2,17	1,23
Produtos químicos orgânicos (29)	3,18	0,65	5,23	1,56	1,17	1,05	1,17	0,76	0,86	0,66	4,24	2,64	2,24	1,48	1,47	1,62	1,32	1,18

Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes, tintas e vernizes, mástiques; tintas de escrever (32)	0,00	0,00	0,01	0,00	0,07	0,63	0,76	1,09	1,54	1,24	2,70	1,78	1,27	1,63	1,64	2,03	2,18	1,91
Plásticos e suas obras (39)	25,49	8,14	11,96	10,26	1,00	0,74	2,38	2,12	3,26	1,00	1,82	6,80	1,70	3,84	3,19	1,53	2,52	2,77
Pele, exceto a peleteria (peles com pêlo*), e couros (41)	0,72	4,71	4,77	2,50	5,77	3,46	0,78	1,18	3,58	5,75	12,06	7,10	9,04	10,73	7,77	10,45	10,37	10,26
Peleteria (peles com pêlo*) e suas obras; peleteria (peles com pêlo*) artificial (43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,18	0,09	0,16	1,73	0,68	1,19	0,84	0,48	1,29	0,65	1,81	1,09	1,67
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira (44)	0,18	0,44	0,57	0,31	0,10	0,13	0,37	0,17	0,24	0,47	2,27	5,14	4,44	5,20	4,16	3,11	2,83	2,68
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas) (47)	1,18	0,84	6,60	5,64	2,54	1,86	0,57	3,36	6,45	5,82	14,32	7,62	14,62	11,53	10,79	10,68	7,71	7,74
Algodão (52)	9,02	14,94	5,87	0,25	0,00	0,56	5,72	0,03	0,00	0,00	0,00	0,01	0,06	0,99	2,66	1,84	6,94	1,99
Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecido de fios de papel (53)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,21	1,16	0,13	0,06	8,52	6,84	1,32	0,00	0,27	23,88	17,38	14,23	15,57	17,04
Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis (59)	0,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,19	0,44	0,39	0,53	0,28	0,63	0,45	0,68	0,17	0,51	2,79
Ferro fundido, ferro e aço (72)	18,82	15,77	5,21	8,87	31,32	10,72	3,96	3,37	2,32	1,18	3,07	2,53	2,87	4,75	11,37	4,31	3,59	1,01
Cobre e suas obras (74)	0,01	0,00	0,05	49,08	26,06	5,30	0,00	8,70	0,29	1,26	1,99	2,07	1,61	1,05	4,27	2,56	1,26	1,93
Chumbo e suas obras (78)	0,00	0,00	0,04	0,00	0,01	0,00	0,02	0,07	0,00	0,00	0,00	0,27	2,68	4,12	8,94	5,07	1,90	1,15
Outros metais comuns; ceramais ("cermets"); obras dessas matérias (81)	0,21	0,00	0,00	0,00	0,01	3,79	1,11	0,01	0,09	0,00	0,05	0,67	0,23	1,20	1,03	1,66	2,09	1,70
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes (84)	0,88	0,11	1,57	1,17	2,62	1,37	2,00	1,19	1,23	1,06	1,73	1,64	2,98	3,01	2,58	1,70	1,54	1,27

Fonte: Açliceweb, 2007.

Tabela A2: Brasil e China: produtos com índice de vantagem comparativa simétrica maiores que zero, 1984-2004

Códigos / Produtos	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
011 Carne de boi	0,28	0,50	0,44	0,36	0,47	0,28	0,29	0,44	0,70	0,75	0,64	0,51	0,57	0,65	0,69	0,80	0,81	0,87	0,92	0,94	0,96
012 Carne seca, salgada e defumada	-0,64	-0,57	-0,75	0,12	-0,73	-0,48	-0,28	-0,21	-0,21	0,05	-0,22	-0,10	0,05	-0,31	-0,16	0,24	0,27	0,42	0,85	0,87	0,90
014 Carnes preparadas, preservadas, etc.	0,56	0,61	0,62	0,35	0,29	0,13	0,06	0,26	0,62	0,44	0,55	0,52	0,43	0,47	0,62	0,64	0,50	0,42	0,49	0,57	0,62
022 Leite	-0,80	-0,76	-0,93	-0,77	-0,51	-0,77	-0,87	-0,78	-0,08	0,31	-0,63	-0,49	0,26	-0,46	-0,39	-0,45	-0,27	0,29	0,56	0,68	0,80
023 Manteiga	-0,03	-0,42	0,61	0,99	0,41	-0,89	0,89	1,00	0,25	0,58	0,35	1,00	0,61	1,00	1,00
024 Queijo e coalhada	...	0,37	...	0,72	0,86	0,42	0,81	0,98	0,97	0,97	0,82	0,94	0,99	0,77	0,72	0,86	0,93	0,91	0,89	0,93	0,97
025 Ovos frescos, etc.	-0,96	-0,96	-0,87	-0,92	-0,92	-0,85	-0,79	-0,60	-0,42	-0,42	-0,56	-0,51	-0,47	-0,16	0,26	0,05	0,20	0,30	0,12	0,13	0,29
036 Marisco fresco, congelado	-0,13	-0,15	-0,47	-0,37	-0,54	-0,67	-0,62	-0,47	-0,54	-0,45	-0,49	-0,49	-0,48	-0,51	-0,46	-0,37	-0,09	0,00	0,14	0,24	0,18
041 Trigo	-1,00	-1,00	-1,00	-0,94	...	-0,85	0,33	0,73	0,58	-0,97	-0,97	-0,71	0,84
044 Milho	-0,54	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,99	-0,99	0,12	0,76	-0,65	-0,85	-0,88	-0,92	0,57	0,11	0,12	0,84
045 Cereais	-0,57	-0,89	-0,96	-0,94	-0,97	-0,98	-0,96	-0,98	-0,97	-0,97	-0,99	-0,98	-0,93	-0,97	-0,92	-0,86	-0,90	-0,94	-0,72	0,49	0,14
047 Outras refeições do cereal, farinha	-0,72	-0,78	-0,87	-0,83	-0,38	-0,85	-0,94	-0,87	-0,02	0,11	-0,75	-0,21	-0,50	-0,42	0,19	0,23	0,33	0,03	0,53	0,64	0,66
048 Preparações de cereais, etc	-0,27	-0,60	-0,76	-0,57	-0,65	-0,73	-0,74	-0,69	-0,49	-0,26	-0,21	-0,20	-0,22	-0,28	0,17	0,32	0,33	0,33	0,24	0,31	0,42
057 Frutas secas, castanhas	-0,28	-0,04	-0,03	-0,02	-0,03	0,02	0,18	0,36	0,41	0,32	0,30	0,33	0,38	0,42	0,47	0,58	0,65	0,63	0,62	0,66	0,65
058 Frutas preparadas e preserv.	0,87	0,84	0,84	0,77	0,81	0,79	0,88	0,81	0,81	0,79	0,80	0,79	0,82	0,75	0,80	0,79	0,75	0,66	0,73	0,72	0,66
061 Açúcar e mel	0,84	0,68	0,69	0,57	0,68	0,40	0,55	0,69	0,33	0,47	0,75	0,91	0,86	0,93	0,94	0,96	0,94	0,97	0,97	0,98	0,98
062 Açúcar de confeiteiro	0,43	0,60	0,76	0,83	0,74	0,72	0,74	0,72	0,56	0,59	0,70	0,74	0,69	0,69	0,68	0,73	0,67	0,72	0,64	0,71	0,72
071 Café e substitutos	0,99	0,99	0,98	1,00	1,00	0,99	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,99	0,99	0,99	1,00	0,99	0,99	0,99	0,99
072 Cacau	0,93	0,93	0,93	0,92	0,91	0,91	0,94	0,93	0,91	0,90	0,94	0,86	0,86	0,80	0,88	0,87	0,92	0,92	0,96	0,96	0,95
073 Chocolate e produtos	0,81	0,82	0,67	0,43	0,73	0,72	0,76	0,86	0,85	0,79	0,87	0,89	0,92	0,92	0,92	0,92	0,93	0,94	0,90	0,91	0,90
075 Spices	-0,26	-0,19	-0,02	0,47	0,12	-0,12	0,05	0,20	-0,14	-0,13	-0,06	0,00	-0,04	0,07	0,37	0,49	0,43	0,38	0,45	0,36	0,25
081 Ração animal	0,68	0,73	0,61	0,61	0,54	0,61	0,64	0,60	0,79	0,82	0,86	0,90	0,92	0,94	0,93	0,93	0,92	0,93	0,93	0,95	0,95
091 Margarina e gordura	0,91	0,94	0,87	0,98	0,97	1,00	0,76	-0,88	0,31	0,75	0,40	0,81	0,31	-0,36	0,14	0,41	0,35	0,56	0,35	0,53	0,83
098 Alimento não especificado	-0,48	-0,58	-0,23	0,03	-0,18	-0,32	-0,12	-0,13	-0,07	-0,04	-0,07	-0,17	-0,19	-0,06	0,00	0,17	0,45	0,32	0,08	0,10	0,13

292 Crude vegetb	-0,86	-0,83	-0,82	-0,73	-0,77	-0,80	-0,72	-0,60	-0,61	-0,61	-0,64	-0,56	-0,48	-0,43	-0,27	-0,23	-0,23	-0,19	-0,09	0,03	0,02	
materiais nes																						
411 Óleos de animais	-0,65	-0,20	0,79	0,06	0,87	0,65	-0,26	-0,49	0,60	0,67	0,37	0,65	0,94	0,91	0,79	0,78	0,40	0,81	0,73	0,79	0,83	
e gorduras																						
423 Óleos vegetais	0,81	0,83	0,59	0,89	0,93	0,88	0,78	0,76	0,89	0,80	0,84	0,89	0,83	0,62	0,87	0,95	0,92	0,94	0,98	0,99	0,99	
fixos, macios																						
424 Outros óleos de	0,27	0,59	0,48	0,33	0,23	0,40	0,16	-0,05	-0,19	-0,58	-0,75	-0,52	-0,30	-0,13	0,25	0,27	0,55	0,52	0,39	0,47	0,59	
vegetais fixos																						
431 Oleo animal e	0,72	0,82	0,84	0,92	0,93	0,94	0,92	0,93	0,91	0,90	0,92	0,94	0,88	0,86	0,85	0,89	0,94	0,95	0,94	0,90	0,88	
vegetal processado	-0,99	-1,00	-1,00	...	-0,85	-0,97	-0,99	-0,95	-0,98	-0,50	0,41	0,75	0,77	0,85	
333 Petróleo cru	0,03	0,08	0,08	0,29	0,29	0,25	0,21	0,08	0,20	0,40	0,54	0,12	0,16	-0,08	0,24	0,17	0,20	0,48	0,46	0,44	0,48	
334 Produtos petróleo																						
refinado	0,85	0,91	0,94	0,88	0,88	0,87	0,90	0,83	0,86	0,85	0,91	0,92	0,93	0,90	0,90	0,89	0,92	0,91	0,93	0,93	0,94	
121 Tabaco não																						
manufaturado	0,72	0,24	-0,06	0,09	-0,05	-0,12	0,01	0,29	0,17	-0,02	0,22	0,18	0,28	0,62	0,70	0,37	-0,08	-0,30	-0,16	-0,08	0,06	
122 Tabaco																						
manufaturado	-0,92	-0,95	-0,98	-0,99	-0,99	-0,98	-0,97	-0,94	-0,85	-0,88	-0,79	-0,03	0,36	0,26	0,52	0,40	0,43	0,70	0,66	0,71	0,81	
211 Peles																						
222 Sementes, grãos,	0,11	0,38	-0,10	0,15	0,23	0,48	0,51	0,18	0,63	0,69	0,70	0,67	0,75	0,94	0,93	0,90	0,92	0,94	0,95	0,96	0,97	
princip. óleo de soja																						
232 Borracha natural	-0,79	-0,59	-0,82	...	-0,29	...	-0,88	0,37	-0,97	-0,97	-0,94	-0,93	-1,00	-1,00	-0,22	0,20	0,40	-0,15	0,22	0,07	0,52	
233 Borracha,																						
sintética, recuperada	0,83	0,91	0,95	0,86	0,71	0,37	0,39	0,63	0,68	0,58	0,71	0,81	0,91	0,85	0,85	0,84	0,81	0,76	0,80	0,84	0,80	
246 Pulpwood, chips,	-0,73	-0,75	-0,13	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,92	-0,30	-0,27	0,07	0,14	0,32	0,35	0,51	0,58	0,68	
woodwaste																						
247 Outras madeiras,	-0,62	-0,48	-0,64	-0,87	-0,87	-0,99	-0,99	-0,99	-0,25	-0,50	0,23	0,60	0,47	0,62	0,86	0,84	0,88	0,87	0,95	0,78	0,88	
esquadro																						
248 Trabalhos de	0,87	0,84	0,82	0,93	0,81	0,70	0,74	0,74	0,60	0,61	0,69	0,70	0,65	0,73	0,83	0,82	0,82	0,81	0,84	0,84	0,87	
madeira																						
251 Polpa e resto de	0,99	0,98	0,99	1,00	0,99	0,99	1,00	1,00	1,00	1,00	0,99	0,99	0,99	0,99	0,99	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
papel																						
263 Algodão	-0,72	-0,57	-0,87	-0,51	-0,87	-0,28	-0,10	-0,04	-0,48	-0,86	-0,79	0,74	-0,09	-0,09	-0,51	-0,83	-0,31	0,80	0,51	0,79	0,99	
265 Fibra vegetal,																						
exceto algodão	-0,29	-0,31	-0,36	-0,28	0,03	0,28	0,51	0,31	0,17	0,10	0,29	0,55	0,51	0,52	0,65	0,57	0,52	0,69	0,77	0,88	0,90	
267 Outras fibras																						
sintéticas	0,65	0,62	0,66	0,83	0,50	0,26	0,57	0,80	0,93	0,76	0,74	0,77	0,83	0,72	0,85	0,93	0,89	0,91	0,88	0,95	0,85	
273 Pedra, areia e																						
cascalho	-0,29	-0,20	-0,17	0,04	0,21	0,11	0,24	0,10	-0,32	-0,75	-0,81	-0,90	-0,87	-0,84	-0,83	-0,07	0,24	0,19	0,27	0,61	0,61	
277 Abrasivos																						
naturais	-0,98	-1,00	-0,98	-1,00	-1,00	-0,96	-1,00	-0,97	-0,99	-0,94	-0,96	-0,71	-1,00	-0,92	-0,87	-0,90	-0,87	-0,91	-0,84	0,14	0,07	

278 Outros minerais cru	-0,60	-0,54	-0,50	-0,50	-0,48	-0,53	-0,41	-0,34	-0,31	-0,20	-0,22	-0,31	-0,26	-0,23	-0,08	0,05	0,13	0,09	0,22	0,30	0,35
281 Minério de ferro	1,00	...	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
282 Sucata do ferro e do aço	-0,83	-1,00	...	-0,97	-0,99	-1,00	-0,95	-0,30	-0,71	0,16	-0,56	-0,60	-0,01	0,30	0,71	0,27	0,36	0,88	0,91	0,91	0,92
287 Minérios dos metais baixos	0,19	-0,09	0,49	-0,24	-0,12	0,09	0,49	0,63	0,60	0,77	0,74	0,79	0,86	0,79	0,88	0,89	0,92	0,91	0,84	0,86	0,83
289 Minérios de metais preciosos, resto	-0,70	...	0,86	...	0,99	0,94	0,96	0,99	0,80	0,64	0,82	0,80	0,87	0,91	0,96
516 Produtos químicos orgânicos	0,24	0,29	0,37	0,18	0,35	0,21	0,22	0,21	0,20	0,20	-0,01	0,03	0,03	0,00	0,01	0,30	0,39	0,30	0,25	0,34	0,13
522 Produtos químicos inorgânicos	-0,31	-0,34	-0,33	-0,41	-0,35	-0,20	0,01	-0,03	-0,15	-0,19	-0,18	-0,15	-0,04	-0,08	-0,15	-0,06	-0,04	-0,13	-0,04	0,00	0,00
532 Dyes nes, tanning products	0,90	0,86	0,87	0,92	0,89	0,84	0,83	0,80	0,83	0,75	0,84	0,85	0,85	0,86	0,84	0,74	0,76	0,67	0,67	0,56	0,58
533 Pigmentos, pinturas, envernizantes etc	-0,42	-0,39	-0,38	-0,53	-0,50	-0,47	-0,51	-0,31	-0,14	0,04	-0,06	-0,09	0,00	0,12	0,16	0,15	0,09	0,04	-0,03	0,09	0,12
551 óleos essenciais, perfume, etc	-0,41	-0,32	-0,30	-0,26	-0,35	-0,33	-0,07	0,07	0,17	0,22	0,25	0,40	0,40	0,43	0,33	0,40	0,59	0,59	0,69	0,74	0,68
553 Perfumaria, cosméticos, etc	-0,18	-0,12	-0,04	0,04	-0,32	-0,56	-0,70	-0,35	-0,19	-0,07	0,00	0,05	0,09	0,10	0,04	0,13	0,12	0,15	0,18	0,13	0,21
554 Sabão, preparações, etc	-0,28	-0,25	-0,15	-0,30	-0,29	-0,40	-0,59	-0,19	0,09	0,24	0,36	0,21	0,34	0,32	0,40	0,58	0,55	0,44	0,39	0,45	0,48
511 Derivados de hidrocarbonos	0,77	0,81	0,66	0,85	0,85	0,81	0,74	0,71	0,70	0,77	0,73	0,58	0,56	0,69	0,70	0,70	0,76	0,52	0,50	0,55	0,63
512 Alcool, fenóis, etc	0,60	0,61	0,51	0,33	0,45	0,17	0,12	0,22	0,39	0,45	0,42	0,55	0,55	0,41	0,44	0,50	0,45	0,47	0,65	0,63	0,78
514 compostos de nitrogênio	0,43	0,50	0,32	0,33	0,48	0,43	0,38	0,43	0,39	0,31	0,20	0,16	0,29	0,24	0,31	0,21	0,19	0,10	0,10	0,07	0,03
611 Couro	0,62	0,76	0,70	0,73	0,82	0,73	0,63	0,73	0,77	0,77	0,64	0,68	0,77	0,77	0,74	0,75	0,73	0,63	0,69	0,69	0,70
612 Couro manufaturado, etc	0,72	0,77	0,76	0,88	0,77	0,68	0,66	0,50	0,01	-0,03	-0,25	-0,22	-0,19	-0,17	-0,14	-0,01	-0,06	-0,10	0,03	0,04	0,02
621 Materiais de borracha	-0,05	-0,15	0,04	0,23	0,24	0,24	0,17	0,43	0,10	0,26	0,06	0,10	0,20	0,45	0,48	0,38	0,45	0,46	0,20	0,49	0,46
625 Pneus	0,72	0,81	0,71	0,61	0,63	0,58	0,63	0,69	0,69	0,67	0,67	0,52	0,51	0,52	0,49	0,46	0,38	0,33	0,34	0,37	0,25
628 Artigos de borracha	0,19	0,37	0,37	0,13	0,17	0,11	-0,03	-0,05	0,17	0,23	0,24	0,23	0,17	0,13	0,11	0,05	0,08	0,07	0,10	0,02	0,04
634 Folheados de madeira compensada	0,93	0,92	0,90	0,96	0,97	0,93	0,89	0,88	0,85	0,88	0,91	0,88	0,85	0,74	0,81	0,80	0,76	0,69	0,65	0,71	0,63
635 Manufaturados de madeira	-0,19	-0,04	0,00	-0,13	-0,31	-0,42	-0,33	-0,31	-0,31	-0,17	-0,07	-0,15	-0,15	-0,12	-0,09	-0,01	-0,03	0,01	0,12	0,11	0,22

641 Papel e cartões	0,48	0,50	0,57	0,53	0,72	0,73	0,78	0,81	0,85	0,86	0,86	0,79	0,86	0,85	0,83	0,86	0,67	0,67	0,76	0,74	0,76
582 Prdts derivados do plásticos	0,53	0,63	0,67	0,66	0,66	0,79	0,83	0,80	0,72	0,71	0,61	0,33	0,58	0,40	0,33	0,29	0,37	0,23	0,22	0,21	0,21
583 Plásticos	0,91	0,88	0,76	0,77	0,80	0,76	0,56	0,71	0,68	0,71	0,61	0,55	0,52	0,44	0,45	0,59	0,65	0,61	0,59	0,66	0,61
584 Celulose e derivados	0,52	0,45	0,50	0,62	0,73	0,41	0,77	0,74	0,83	0,81	0,81	0,79	0,80	0,79	0,74	0,62	0,70	0,67	0,67	0,66	0,59
591 Pesticidas, produtos químicos	0,59	0,48	0,29	0,33	0,16	0,38	0,28	0,22	0,29	0,42	0,30	0,27	0,25	0,36	0,37	0,17	0,18	0,09	0,26	0,18	0,08
592 Starch, inulin, gluten, etc	0,10	0,10	0,23	0,28	0,40	0,54	0,61	0,73	0,65	0,60	0,51	0,48	0,64	0,58	0,59	0,59	0,56	0,52	0,54	0,51	0,43
661 Cal, cimento e prdts da construção civil	-0,35	-0,07	-0,09	-0,31	-0,41	-0,47	-0,76	-0,76	-0,43	-0,11	-0,18	-0,29	-0,34	-0,22	-0,05	0,03	0,06	0,01	0,13	0,14	0,25
662 Argila, prdts refratários do edifício	0,30	0,49	0,65	0,62	0,51	0,48	0,45	0,48	0,60	0,72	0,69	0,59	0,51	0,53	0,54	0,61	0,59	0,43	0,34	0,31	0,27
663 Minerais manufaturados	-0,04	0,16	0,25	0,16	0,12	0,18	0,25	0,21	0,12	0,17	0,21	0,26	0,24	0,17	0,16	0,16	0,34	0,25	0,34	0,35	0,33
671 Liga de ferro	0,95	0,93	0,88	0,47	0,22	0,67	0,64	0,55	0,59	0,50	0,46	0,21	0,39	0,32	0,51	0,57	0,55	0,66	0,71	0,66	0,55
672 Produtos Ferro / aço	1,00	1,00	1,00	1,00	0,99	0,99	0,90	0,90	0,90	0,97	0,91	0,53	0,71	0,64	0,77	0,77	0,67	0,80	0,89	0,89	0,63
673 Cilindro de ferro	0,76	0,88	0,81	0,78	0,81	0,76	0,54	0,44	0,63	0,88	0,77	0,56	0,44	0,49	0,63	0,74	0,59	0,59	0,55	0,62	0,34
674 Cilindro de aço	0,98	0,99	0,99	0,97	0,88	0,87	0,78	0,86	0,94	0,92	0,91	0,63	0,75	0,63	0,69	0,80	0,67	0,70	0,79	0,86	0,66
677 Ferro, aço, exceto haste	-0,10	-0,09	-0,13	-0,39	-0,30	-0,32	-0,35	-0,29	-0,18	-0,06	0,00	-0,08	-0,02	0,06	0,08	-0,01	0,14	-0,07	-0,06	0,07	0,00
683 Níquel	...	0,15	-0,84	-0,97	-0,36	-0,01	0,84	0,99	0,92	0,92	-0,11	0,70	0,93	0,61	0,27	0,60	0,73	0,74	0,84	0,72	0,67
684 Alumínio	0,91	0,92	0,97	0,79	0,72	0,95	0,87	0,88	0,91	0,91	0,86	0,82	0,87	0,77	0,70	0,82	0,82	0,69	0,62	0,56	0,48
686 Zinco	-0,94	-0,99	-1,00	-0,99	0,00	0,41	0,55	0,78	0,39	-0,05	-0,22	-0,06	-0,18	-0,71	-0,75	-0,66	-0,68	-0,69	-0,24	-0,11	0,13
712 Máquinas da agricultura	-0,52	-0,08	0,64	0,90	0,77	-0,87	-0,74	-0,72	-0,79	0,25	0,78	-0,18	-0,76	-0,38	-0,31	-0,01	0,21	-0,09	0,31	0,17	0,30
713 Motor de combustão	0,96	0,97	0,97	0,95	0,94	0,91	0,92	0,93	0,88	0,89	0,88	0,84	0,87	0,88	0,89	0,84	0,83	0,81	0,82	0,85	0,81
714 Motores	-0,08	0,06	-0,42	0,36	0,60	0,43	-0,55	0,69	0,93	0,90	0,84	0,78	0,78	0,54	0,65	0,68	0,09	0,34	0,44
718 Outras forças gerar máquinas	-0,69	0,25	0,64	0,54	0,67	0,41	0,59	0,45	0,14	0,56	0,51	0,41	0,15	0,18	0,40	0,20	0,05	0,33	0,41	0,28	0,25
721 Máquinas agrícolas, exceto trator	0,77	0,77	0,80	0,78	0,74	0,79	0,80	0,79	0,80	0,79	0,84	0,87	0,89	0,90	0,89	0,74	0,70	0,71	0,60	0,69	0,79
722 Tratores	0,95	0,95	0,98	0,97	0,96	0,90	0,35	0,44	0,65	0,45	0,61	0,56	0,75	0,82	0,84	0,57	0,67	0,75	0,88	0,91	0,92
723 Máquinas elétricas	0,77	0,73	0,77	0,81	0,75	0,87	0,76	0,76	0,85	0,82	0,89	0,76	0,73	0,78	0,77	0,76	0,65	0,49	0,55	0,56	0,63

725 Equipamento elétrico	0,87	0,85	0,93	0,97	0,95	0,97	0,86	0,88	0,79	0,81	0,83	0,77	0,80	0,87	0,88	0,85	0,80	0,62	0,68	0,69	
727 Máquinas de alimentos industriais	0,02	0,08	0,19	-0,16	-0,13	0,22	0,24	0,31	0,52	0,57	0,20	0,11	0,35	0,00	0,36	0,23	0,20	0,25	0,20	0,37	
728 Outras espécies de máq. Ind.	0,05	0,32	0,38	-0,02	-0,72	-0,84	-0,85	-0,84	0,06	0,01	-0,08	-0,02	0,10	0,11	0,03	0,03	-0,07	-0,05	-0,03	0,14	
736 Máquinas e ferramentas de metal	-0,19	0,11	-0,01	-0,39	-0,42	-0,59	-0,48	-0,12	-0,05	-0,03	-0,14	0,15	0,19	0,12	0,13	0,15	0,07	0,03	0,11	0,16	
737 Máquinas de metal	0,85	0,82	0,61	0,67	0,12	0,52	0,51	0,15	0,37	0,24	0,27	0,16	0,09	0,22	0,33	0,15	-0,09	0,03	0,11	0,00	
742 Bombas para líquidos, etc.	0,50	0,65	0,74	0,80	0,75	0,62	0,76	0,78	0,77	0,70	0,76	0,77	0,77	0,74	0,68	0,66	0,59	0,41	0,32	0,39	
743 Bombas de gás	0,75	0,82	0,87	0,92	0,89	0,86	0,91	0,92	0,79	0,80	0,78	0,80	0,79	0,79	0,78	0,77	0,74	0,66	0,56	0,47	
781 Veículos	1,00	1,00	0,99	1,00	1,00	0,99	0,98	0,96	0,97	0,91	0,97	0,96	0,97	0,98	0,99	0,99	0,99	0,99	0,99	0,97	
782 Veículos de serviços	0,90	0,94	0,98	0,98	0,96	0,96	0,94	0,94	0,93	0,90	0,91	0,87	0,89	0,94	0,94	0,95	0,93	0,91	0,88	0,90	
783 Motor de carro	0,97	0,95	0,98	0,99	0,99	0,94	0,88	0,95	0,98	0,98	0,98	0,97	0,89	0,88	0,95	0,94	0,92	0,89	0,91	0,94	
784 Peças de motores	0,97	0,98	0,97	-0,32	-0,42	-0,49	-0,49	-0,48	0,90	0,89	0,88	0,85	0,86	0,86	0,85	0,76	0,73	0,68	0,63	0,57	
791 Veículos railway	0,84	0,70	0,87	0,69	0,50	0,31	0,78	0,79	0,81	0,46	0,57	0,38	-0,18	-0,46	-0,33	-0,11	-0,07	0,46	0,10	0,04	
792 Aviação/Espaçonaves	0,90	0,92	0,94	0,91	0,96	0,97	0,97	0,94	0,39	0,59	0,64	0,72	0,79	0,81	0,83	0,86	0,94	0,95	0,94	0,95	
793 Navios, barcos, etc	-0,22	0,76	0,72	0,26	-0,49	-0,23	-0,21	0,13	0,00	0,37	0,35	0,00	-0,32	-0,42	-0,60	-0,94	-0,95	-0,84	-0,95	0,43	
873 Meters and counters nes	0,24	0,69	0,88	0,65	0,70	0,73	0,61	0,41	0,41	0,51	0,44	0,50	0,30	0,43	0,50	0,68	0,50	0,35	-0,38	0,03	
883 Filme cinematográfico	-0,61	-0,33	-0,90	-0,88	-0,98	-0,86	-0,44	-0,69	-0,43	-0,06	-0,31	-0,60	-0,86	-0,99	-0,99	-0,89	-0,99	-0,98	-0,97	0,60	
896 Trabalhos de arte, etc.	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-0,99	-0,80	-1,00	-0,98	0,63	-0,03	-0,87	-0,85	-0,93	-0,96	-0,88	-0,51	-0,30	-0,22	0,20	0,37
951 Armamentos de guerra, munições	0,96	0,89	0,84	-0,11	-0,11	0,09	0,21	0,20	0,11	-0,88	0,61	0,65	0,99	0,64	0,81	
971 Ouro, não monetária nes	0,98	1,00	1,00	1,00	0,99	1,00	1,00	1,00	

Fonte: UNCTAD, 2007.